



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**MUNDO DAS MULHERES NO MERCADO
DE TRABALHO EM FORTALEZA/CE**

ALINE PARENTE OLIVEIRA

FORTALEZA
2007





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**MUNDO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO
EM FORTALEZA/CE**

ALINE PARENTE OLIVEIRA

**FORTALEZA
2007**

ALINE PARENTE OLIVEIRA

**MUNDO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM
FORTALEZA/CE**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Geografia do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre na área de concentração: Natureza, campo e cidade no semi-árido.

CONCEITO OBTIDO: _____

NOTA: _____

DISSERTAÇÃO DEFENDIDA EM: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ivaine Maria Tonini (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas (co-orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Carlos Augusto Cardoso Amorim
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Profa. Dra. Elisabete Maria Garbin
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. José Borzachiello da Silva
Universidade Federal do Ceará - UFC

À minha família, e ao meu avô Cesário (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ainda bem que a caminhada percorrida em um trabalho como este não é sempre solitária. É bastante reconfortante poder contar com algumas pessoas, porque, caso contrário, não seria possível suportar tantos desafios que se impõem ao longo do percurso. Por isso, já inicio dizendo MUITO OBRIGADA a todos vocês pelo carinho e atenção, palavras de motivação e de credibilidade durante todo esse tempo.

À Profa. Dra. Ivaine Maria Tonini, minha orientadora, por ter compartilhado idéias (pessoalmente e virtualmente), em âmbito nacional e internacional, comigo com tanta generosidade e conhecimento, contribuindo com sua experiência na realização deste trabalho.

Aos membros da banca de qualificação e da dissertação, Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio/UFC, Prof. Dr. Carlos Augusto Cardoso Amorim/UFPB, Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva/UFC e Profa. Dra. Elisabete Maria Garbin/UFRGS, pelas valiosas sugestões que vieram a enriquecer este trabalho e por dedicarem seus tempos e saberes na leitura da dissertação.

Ao Professor Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas, coordenador do Mestrado em Geografia da UFC, pelos conselhos e estímulos durante a caminhada.

E a todos os professores do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Geografia, pelos constantes diálogos e discussões que ajudaram a compreender importantes questões.

Às professoras Célia Chaves Gurgel do Amaral e Helena Selma Azevedo do NEGIF-Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família, do curso de Economia Doméstica/UFC, pelas sugestões e contribuições relevantes na busca de dados sobre o caso estudado.

Aos amigos do Programa de Pós Graduação, especialmente, Ingrid, Lourdes, Lúcio, Janilson, Ana Paula, Albaniza e Castelo, pelos constantes diálogos e discussões, que ajudaram a compreender importantes questões, e pelo companheirismo que tornou a caminhada mais leve e divertida. E a todos meus amigos que não coloquei o nome, mas que torceram por mim.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela concessão da bolsa de estudo, durante a realização do Mestrado, sem a qual não seria possível a conclusão dessa jornada.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de Fortaleza que, através de seus funcionários, sempre atendeu prontamente às minhas dúvidas e solicitações.

Aos técnicos: Arlete da Cunha de Oliveira e Jonathan Ocinaí Bezerra Lima do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), por terem sempre me atendido com extrema gentileza.

À minha amiga Márcia, pelas palavras de incentivo e de compreensão, que serviram de estímulo e alento nas horas mais difíceis e alegres da minha vida.

À Marcélia, Cláudia, Mário e Paulo pela alegre amizade, carinho e apoio.

Agradeço à minha família, minha mãe Socorro e meu pai Maurício, pelo estímulo em todos os sentidos e em todas as horas. Ao meu irmão Márcio, minha cunhada Elaine, meu sobrinho, lindo e querido, Lucas, que me deram a alegria de viverem comigo cada momento de carinho, vitórias e encontros nessa trajetória.

E finalizo com um grande agradecimento, mais do que especial, a Deus pela contínua restauração de minhas forças e ter por sido o meu refúgio presente.

Seria preciso dividir cada mulher em três: uma que corresse para o trabalho, outra que tomasse providência para sua família, e uma terceira que escapasse para a beira do lago assistindo quieta ao pôr do sol (LYA LUFT, 1999).

RESUMO

Este estudo refere-se a uma investigação sobre as relações entre mercado de trabalho e gênero na cidade de Fortaleza/CE, focalizando, especificamente, os setores ocupacionais com a finalidade de compreender as maneiras que as mulheres estão posicionadas, com ênfase nos períodos de 2001 e 2005. Sua pertinência está pautada na contribuição de mostrar que os lugares de posicionamento e circulação, endereçados às mulheres, ainda estão muito relacionados à perspectiva da divisão sexual. Tem como campo teórico a Geografia Cultural, mais especificamente, em uma vertente que tem discutido problematizado e se valido da fecundidade de uma articulação teórica com as perspectivas pós-estruturalistas, por auxiliar a compreender que essas relações são construídas nas práticas culturais, para posicionar mulheres e homens em diferentes setores ocupacionais. Pretende-se compreender as relações de gênero a partir de práticas culturais. Nesse sentido, as relações de gênero são entendidas como aquelas que põem em jogo representações e símbolos de masculino e feminino, cujas forças endereçam para práticas sociais com a finalidade de se manterem vivas no conjunto de valores da sociedade. Logo, a utilidade do gênero como foco de análise está em desconstruir, deslocar significados que foram culturalmente construídos e mostrar que, quando marcados em torno da diferença sexual, podem e devem ser tencionados, questionados, problematizados. Para entender estas questões, foram buscados os dados para a pesquisa nos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos Anuários Estatísticos do Sistema Nacional de Empregos e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (SINE/IDT-CE) e da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), no período de 2001 e 2005, por apresentarem maiores acessibilidades e atualizações. A partir de sua coleta, foram observados os comportamentos de algumas variáveis que permitiam compreender a problemática estudada: setor ocupacional, faixa etária, grau de instrução, remuneração e jornada de trabalho da população ocupada de Fortaleza. Pelo cruzamento das variáveis, efetuei a construção dos eixos temáticos da pesquisa: ocupação e distribuição da mão-de-obra local, o qual apresentou discussões sobre a problemática estudada. Isso permitiu estabelecer reflexões e compreender a configuração da mulher no mercado de trabalho como práticas culturais.

Palavras-Chave: Gênero, Práticas Culturais, Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This study refers to an investigation about the relations between labour market and gender in Fortaleza (CE), focusing on occupational areas aiming at understanding how women are positioned, especially in 2001 and 2005. It is pertinent due to helping to show that positioning and circulating places addressed to women are still very much related to gender division. Its theoretical field is Cultural Geography, particularly a branch that has discussed, problematised and made use of a theoretical articulation's fruitfulness in the poststructuralist perspectives, as it helps to understand that these relations are constructed in the cultural practices to position women and men in different occupational fields. We have sought to understand gender relations from the cultural practices. In this sense, gender relations are understood as those which bring into play (fe)male representations and symbols whose powers are directed to social practices to stay alive in the society's value set. Therefore, gender use as the analysis focus lies at deconstructing, displacing meanings that were culturally constructed, and showing that when they are marked around gender difference, they can and should be issued, questioned and problematised. To understand these issues we have sought for the research data at the Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Anuários Estatísticos do Sistema Nacional de Empregos, and Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (SINE/IDT-CE) and da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) in 2001 and 2005, as they provided accessibility and updating. From the collection, some variables that allow us to understand the studied problematic, were observed: occupational field, age, instruction degree, salary, and working hours of the workers in Fortaleza. With the crossing of variables, we have constructed the theme thread for the research: local labour occupation and distribution, which provided discussions of the studied problematic. This has allowed us to reflect about and understand the configuration of the women in the labour market as cultural practices.

Keywords: Gender, Cultural Practices, Labour Market.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BANCESA - Banco do Ceará S/A

BEC - Banco Estadual do Ceará

BICBANCO - Banco Industrial e Comercial

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A.

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

CE - Ceará

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDT - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

INACE - Indústria Naval do Ceará

LUBNOR - Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste

ONU - Organização das Nações Unidas

PEA - População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RMF - Região Metropolitana de Fortaleza

SINE - Sistema Nacional de Emprego

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFC - Universidade Federal do Ceará

UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund (Fundo Internacional de Emergência para Assistência à Infância)

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Tradições na Pesquisa Geográfica Feminista.....	32
--	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa de localização.....	38
-------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - População total de Fortaleza em 2001 e 2005.....	75
TABELA 2 - População ocupada por gênero de Fortaleza em 2001 e 2005.....	77
TABELA 3 - População ocupada por gênero, segundo o setor de atividades de Fortaleza, em 2001 e 2005.....	80
TABELA 4 - População ocupada por gênero, segundo o emprego formal de Fortaleza em 2001 e 2005.....	83
TABELA 5 - População ocupada por gênero, segundo a faixa etária de Fortaleza em 2001 e 2005.....	89
TABELA 6 - População ocupada por gênero, segundo o grau de instrução de Fortaleza em 2001 e 2005.....	92
TABELA 7 - População ocupada por gênero, segundo as horas trabalhadas na atividade principal de Fortaleza em 2001 e 2005.....	94
TABELA 8 - População ocupada por gênero, segundo a remuneração da atividade principal de Fortaleza em 2001 e 2005.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - População Total de Fortaleza em 2001 e 2005.....	76
GRÁFICO 2 - População Ocupada de Fortaleza em 2001 e 2005.....	78
GRÁFICO 3 - Emprego Formal Feminino de Fortaleza em 2001 e 2005.....	85
GRÁFICO 4 - Emprego Formal Masculino de Fortaleza em 2001 e 2005.....	86

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	09
LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE GRÁFICOS.....	13
MINHA TRAJETÓRIA PELA GEOGRAFIA.....	15
1 PROCURANDO TRABALHO.....	17
2 TRILHAS INVESTIGATIVAS.....	27
2.1 Ferramentas teóricas.....	27
2.2 Gênero e Geografia.....	29
2.3 Poder e discursos.....	33
2.4 Breves histórias, longos percursos.....	37
2.5 Caminhos da metodologia.....	40
3 OS MODOS DE SER GÊNERO.....	44
3.1 O Gênero em perspectiva.....	44
3.2 A contextualização da dualidade masculino e feminino.....	47
3.3 A identidade e a categoria de gênero como aspectos das relações de poder.....	50
3.4 Divisão do trabalho: consolidação de tipologias sexuais opostas?.....	52
4 A MULHER NO ESPAÇO DO TRABALHO.....	58
4.1 O enfoque histórico do trabalho feminino.....	58
4.2 Mulheres brasileiras no trabalho – Gestando experiências.....	64
4.3 A presença da mulher no mercado de trabalho em Fortaleza.....	69
5 O PÊNDULO DO MERCADO DE TRABALHO EM FORTALEZA.....	74
5.1 Por onde caminha o emprego em Fortaleza?.....	74
5.2 Conhecendo o perfil da trabalhadora de Fortaleza.....	88
6 ENCERRANDO O EXPEDIENTE.....	100
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	103

MINHA TRAJETÓRIA PELA GEOGRAFIA

Antes de entrar em contato com o ambiente acadêmico, minha utopia acerca da Universidade revigorava-se, a cada etapa de minha trajetória de estudante secundarista, e transformou-se em realidade, quando fui aprovada no vestibular para o Curso de Geografia na Universidade Estadual do Ceará - UECE. Logo, às primeiras aproximações com o novo ambiente educativo, fui percebendo também um novo olhar para o mundo.

A Universidade possibilitou-me um aprofundamento teórico mais amplo, permitindo, algumas vezes, estabelecer relações entre a teoria e prática dos acontecimentos tematizados pela Geografia, assim como uma compreensão da realidade brasileira, focada no âmbito educacional, cultural, artístico e social.

Ao tecer alguns argumentos relacionados à minha caminhada acadêmica, deixo transparecer os principais elementos que nortearam os direcionamentos tomados até a escrita deste texto. A minha dissertação de Mestrado tem por finalidade mostrar também minha trajetória.

Depois de quatro anos de estudos na Universidade, graduei-me em Geografia - Bacharel e, posteriormente, obtive o título de Licenciatura. Terminado tudo isso, comecei a idealizar o Mestrado em Geografia.

Na graduação, aproximei-me bastante da Geografia Física por ter estabelecido mais contato com professores dessa área. Eles proporcionavam aos alunos atividades práticas nos seus laboratórios, e aulas de campo que agregavam a maioria dos estudantes do curso.

Assim, ao tentar a seleção para o Mestrado em Geografia, na Universidade Federal do Ceará UFC, elaborei um projeto voltado para área física. Depois de tantos estudos, aconteceu a seleção e fui aprovada. Somente alegrias. E, ao mesmo tempo, intensas dúvidas pelo desconhecido, a nova Universidade que passaria freqüentar.

Como não tinha orientador suficiente na Linha de Pesquisa, que trabalhasse com a área da Geografia Física, fui reorientada para trabalhar na área da Geografia Humana. No primeiro momento, um grande impacto, pois havia desenvolvido na minha graduação poucos trabalhos relacionados a essa área. Mas, como gosto de enfrentar desafios, aceitei mesmo apreensiva.

Reconheço que a vida é feita de escolhas e, naquele momento, pensei na oportunidade de adquirir experiência. De modo que idealizei como algo produtivo, positivo para mim. No entanto, ao entrar em contato com minha nova orientadora, recebi a informação que seu referencial teórico era outro. Ou melhor, totalmente desconhecido para mim. Esse momento foi o mais difícil, significava que, além de mudança de área, também haveria deslocamento teórico. Questionei-me: terei tempo? Terei fôlego?

Muitas vezes, senti-me trabalhando dentro de labirintos. Minhas leituras ainda me faziam sentir incapaz de investigar uma temática de pesquisa. Tudo ia me causando apreensões.

Atualmente, observo o lado positivo das incertezas, da intervenção inovadora e criativa que vai surgindo e que passa a ser um desafio teórico-metodológico. Essa dificuldade inicial, de não ter passos certos e estabelecidos para dar conta das necessidades de observação do objeto de estudo, apresenta novas provocações.

A partir daí, a dedicação foi maior e os desafios até hoje estão sendo enfrentados e superados a cada momento. É difícil, mas importante para o crescimento pessoal e intelectual. Foi nesse espaço e tempo que meu olhar, vagorosamente, começou a migrar para outros lugares teóricos e, a Geografia foi ganhando um novo sentido. Fui aproximando-me do novo referencial teórico, permitindo hoje a abertura de muitos olhares, resultantes de diversos autores e autoras, que me inspiraram com suas escritas, suas idéias, seus pensamentos...

Após várias discussões com a orientadora, surgiu a possibilidade de desenvolver a pesquisa baseada nos estudos de gênero, fazendo articulações com o mercado de trabalho em Fortaleza. A temática de pesquisa encontrada e o referencial teórico determinado exigiam agora mãos à obra! Ou seja, fazer a problematização da pesquisa.

Ao comentar minha trajetória na Geografia sobre os encontros, desencontros e reencontros que me levaram até a escolha do objeto de pesquisa, ainda quero dizer que teria sido bem mais fácil e rápido se tivesse permanecido com uma temática da Geografia Física, percorrido caminhos investigativos mais seguros e já traçados; no entanto, não seria tão instigante!

CAPÍTULO 1 - PROCURANDO TRABALHO

Neste capítulo, procuro mostrar a temática, a justificativa e os objetivos da pesquisa e estabelecer as articulações existentes entre a Geografia, o gênero e o mercado de trabalho, buscando aproximações com o propósito de compreender a problemática deste estudo.

O país vivencia um crescimento por novos postos de trabalho, resultante tanto do processo de globalização do mercado e da modernização das atividades econômicas, como do aumento populacional, associando-se a uma nova reestruturação organizacional. Alguns são eliminados, outros são inovados. Tal fato proporciona um desequilíbrio entre as necessidades de absorção da força de trabalho e as possibilidades de oferta de empregos. Tais políticas têm produzido injunções que incidem desigualmente sobre as identidades de gênero, possibilitando uma cartografia territorial elaborada a partir de subordinações, discriminações e privilégios entre eles.

Os inúmeros desafios trazidos pela Modernidade, como a industrialização e a urbanização, acarretam transformações importantes e decisivas no mundo do trabalho, gerando conseqüências nas mais diferentes instâncias da vida das populações. Os trabalhadores que não acompanham tais mudanças, e que não têm como se preparar para responder às necessidades impostas por essa nova ordem, estão automaticamente desligados e fora do mercado de trabalho. Nesse sentido, as implicações tendem a se avolumar, na medida em que esses indivíduos são discriminados pela sociedade.

Observo que os estudos sobre o mercado de trabalho no Brasil têm privilegiado, na maior parte das vezes, uma ou outra instância, ou seja, idade ou sexo, bem como estão mais direcionados para uma lógica de mercado, esquecendo-se dos impactos sociais que tais transformações têm acarretado.

Sendo assim, considero que “discutir e pensar o mercado de trabalho, pensando apenas nas categorias etárias e de sexo, sem fazê-lo mediante uma

perspectiva de gênero e geração, é excluir as relações possíveis que possam advir dessas variáveis”. (CARDOSO, 1980, p.56).

As desigualdades entre os gêneros no mercado de trabalho vão além da diferença marcada pelo sexo, pela idade e pela cor, que são variáveis preponderantes na ocupação setorial do mercado de trabalho. Esses marcadores acentuam o diferencial de opções de inserção ocupacional entre os grupos, constituindo uma segregação no mercado de trabalho, que faz com que eles se concentrem em tipos diferentes e desiguais de ocupações. Tais posicionamentos produzem conseqüências perversas entre eles, pois separá-los e atribuir-lhes diferentes funções possibilitam tratá-los desigualmente. Isso provoca menores remunerações e menos condições sociais para os grupos que se encontram discriminados, no caso, mulheres, crianças, idosos e negros.

As mulheres encontram-se numa encruzilhada no mercado de trabalho, denominada pela ONU (2001) de dupla discriminação: gênero e etnia. Nesse grupo, observo mais uma forma de discriminação advinda da idade. Com demasiada freqüência, essas formas de discriminação se entrecruzam, elas não se excluem mutuamente. A problemática está atrelada ao gênero, que compõem as coordenadas de toda a cartografia analítica deste estudo.

O estudo de gênero torna-se uma ferramenta útil para analisar a mão-de-obra no mercado de trabalho de Fortaleza, por oferecer um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Segundo Scott (1995, p.75) a ênfase sobre todo “o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade.” O uso do gênero como um foco pertinente de análise, auxilia a entender as construções culturais que dizem respeito à invenção da identidade trabalhadora masculina e feminina.

Embora as diversas sociedades vivenciem de maneiras diferentes as questões relativas ao gênero, predominantemente, a discriminação entre os gêneros é elaborada a partir das visões da sociedade capitalista ocidental - diferenças sexuais.

Afirmar que a desigualdade e a discriminação no gênero estão inscritas num discurso sexual, ancorado em suportes biológicos para estabelecer as identidades das mulheres e dos homens, é perceber a existência de uma sexualização dos setores ocupacionais no mercado de trabalho. Os espaços

destinados às mulheres são diferentes dos destinados aos homens. Elas e eles estão circunscritos em espaços diametralmente opostos. Essa topografia vem confirmar uma divisão de circulação, atuação, segundo os sexos, nas várias instâncias da sociedade capitalista ocidental. Parece que há, assim, um lugar geográfico distinto para cada um, pois raramente um ultrapassa os domínios do outro. De acordo com Tonini (2002), é nesses lugares que as práticas sociais estão sendo exercidas e naturalizadas.

Conta à história do mundo ocidental que a sociedade estabeleceu marcas de diferenças biológicas, para destinar as ocupações no mercado de trabalho, que mulheres e homens devem desempenhar.

O espaço definido para a mulher sempre foi determinado em oposição ao espaço dos homens. A partir dessa bipolaridade espacial, criaram-se códigos culturais que contribuíram para legitimar relações desiguais entre eles. Esse binarismo espacial é reforçado e produzido na sociedade contemporânea. As estatísticas dos censos nos indicam que mulheres e homens quase sempre não compartilham os mesmos postos de trabalho. Isso permite afirmar que há uma sexualização desses postos. (CARDOSO, 1980, p.59).

Santos (2002) comenta que as sociedades têm tanta dificuldade em acolher e lidar com as diferenças que parece estar sempre a aspirar de forma tão obstinada a dar uma ordem ao mundo. Para o autor, a diferença é salutar e a sociedade deve aceitar viver sem fronteiras balizadas, sem fixação de territórios e de pertencimentos identitários cristalizados.

Contemporaneamente, quando se fala de diversidade, está-se, de várias maneiras, conectados aos discursos sobre etnias, sobre gênero, sobre geração, sobre os deficientes, os excepcionais, os estranhos, os pobres, enfim, sobre os incontáveis “Outros” das sociedades que povoam o mundo. “Todos esses grupos estão de diferentes formas e em intensidades diferentes, implicados nas práticas civilizatórias em andamento, entre elas, aquelas levadas a efeito pelo mercado de trabalho.” (COSTA, 2000, p.23).

Assim, há uma ênfase nas abordagens contemporâneas à rejeição dos estudos sobre o homem e a mulher separadamente, pois adotar a perspectiva de gênero exige ampliar o repertório das experiências entre ambos, buscando visibilizar as multiplicidades das suas relações, trazendo à tona novas percepções sobre as mesmas.

As representações de masculino e as de feminino, por exemplo, não são as únicas. Logo, a utilidade do gênero está em desconstruir significados que foram socialmente construídos e mostrar que, quando construídos em torno da diferença sexual, podem e devem ser tencionados, questionados, problematizados. Com esse entendimento, é crucial uma atenção aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais. As explicações para discriminações não estão em causas universais ou naturais, mas na busca de apreender os tipos de força que centralizam este ou aquele sentido, que endereçam para determinados setores ocupacionais do mercado de trabalho. É oportuno lembrar que:

No século XIX e no início do século XX, as explicações sobre as desigualdades dadas pela teologia foram substituídas por uma explicação fundamentada na natureza/biologia. A natureza serviu de parâmetro para compreensão dos aspectos sociais. Um exemplo disso encontra-se na medicina, como uma das ciências que explicou e justificou as atribuições de papéis e, conseqüentemente, as discriminações, conforme o sexo do indivíduo. Assim, a noção de gênero surgiu para ultrapassar os limites da experiência do uso da categoria sexo. (BRUSCHINI, 1994, p.37).

Com a introdução do gênero, houve um esforço, cada vez maior, em perceber e problematizar os discursos naturalizadores e produzidos a partir das discriminações culturais. Disso resultou o interesse em se diferenciar, cada vez mais, o sexo biológico (masculino ou feminino) do sexo social (gênero), construído a partir da diferença biológica que produz, como efeito, o sujeito. Esse modo de pensar enfatiza que a introdução do gênero não significa a separação do sexo. É nesse sentido que “essa categoria desponta como uma tentativa de superar as dificuldades de teorias, até então existentes, para explicar as desigualdades dos sexos.” (COSTA, 1992, p.19).

Dessa forma, Scott (1995) afirma que o gênero passa a ser entendido como uma construção social que atravessa a família, a escola, a Igreja, o trabalho, rompendo com toda forma de polarização. Trata-se de uma categoria que está em constante processo de construção, conforme os estudos avançam e se ampliam. O seu aspecto relacional permite pensar as diferenças nas relações humanas, relações que têm historicidade própria e, portanto, são mutantes, não se afirmam sempre da mesma maneira.

Estudos de Geografia sobre questões relativas ao gênero, como os desenvolvidos por Colombara (1995) e Rossini (2005), preocupam-se em analisar as

desigualdades entre mulheres e homens, no espaço onde circulam, e de que maneira a idéia de dominação-submissão está incutida no gênero. A importância da Geografia, ao estudar as questões referentes a essa temática, já era defendida por Colombara, em 1995, ao comentar que:

Não se podem realizar trabalhos profundos e corretos sobre a Geografia da agricultura, transportes, política, habitação ou urbana sem levar-se em conta o papel da mulher. Em alguns estudos geográficos, confunde-se o ponto de vista masculino com o ponto de vista global, e o mesmo é tomado como critério normativo para explicar os comportamentos espaciais. Daí então, a necessidade de se adotar uma postura diferente, na qual se considere a mulher como um componente importante e de interesse para o mundo geográfico. (COLOMBARA, 1995, p.43).

Nesse contexto, acredito serem relevantes os estudos que procuram examinar a inserção ocupacional das mulheres no mercado de trabalho, tanto daqueles que as analisam como sujeitos integrantes da sociedade, como dos que procuram mostrar a produção das profissões a elas atribuídas.

Durante as décadas finais do século XX e início deste, uma série de discursos, de teorias e de práticas abordavam a atuação da mulher nas esferas social, política e cultural. Esse período mostrava a emergência de políticas e de pedagogias anti-sexistas, denunciando discriminações de gêneros no mercado de trabalho. Todavia, muitos passos foram importantes para que esse conjunto de práticas conquistasse visibilidade. Portanto, esta dissertação pretende tecer considerações sobre alguns fatos que contribuíram para o desenvolvimento, para o fortalecimento e para a disseminação daquilo que se configurou como categoria de análise: o gênero. Essa adoção da categoria gênero permite visualizar as múltiplas relações que perpassam as experiências humanas, levando à reflexão sobre as práticas e sobre os conceitos prontos.

A situação da mulher na sociedade é construída socialmente, não é natural. Diferentemente do sexo, que é dado pela natureza, o gênero é construído pela sociedade. Assim, sexo e gênero não possuem o mesmo significado. Aprende-se a ser homem e a ser mulher, e esta aprendizagem fica impressa nas camadas mais profundas da personalidade. Papéis sociais distintos para homens e mulheres nem sempre levam às diferenças de gênero, que devem ser consideradas construções culturais, ou seja, imagens que a sociedade constrói, através da vida social, da educação e da socialização, e do que se acredita ser próprio do homem e próprio da mulher.

No decorrer da história da sociedade ocidental moderna, desenvolveu-se uma divisão de trabalho entre homens e mulheres que privilegiou o gênero masculino no setor produtivo, ficando as mulheres limitadas às funções secundárias e mal pagas, tendo em vista que seu papel prioritário deveria ser o de mãe, ou seja, voltado para as atividades domésticas.

Esse padrão reproduziu-se de forma a alimentar uma desigualdade de gênero no mercado de trabalho da sociedade capitalista, ainda existente nas diversas formas discriminatórias e estratégias de dominação.

As mulheres, no entanto, vêm reagindo a essa situação e, historicamente, pude constatar formas de luta contra a suposta inferioridade feminina na sociedade. Os movimentos feministas, ocorridos mais efetivamente a partir dos anos 60, representavam um avanço nesta luta. Porém, apesar das conquistas significativas neste campo, não se chegou ainda à eliminação total dessa desigualdade, que se manifesta de várias formas, muitas vezes sutis, de exploração e discriminação do trabalho feminino.

Dificuldades de toda ordem estão colocadas para as mulheres: remuneração mais baixa, discriminação para o acesso aos postos de trabalho, dificuldades para a ascensão profissional, quando não para o próprio exercício do trabalho. Ainda hoje se cobram das mulheres responsabilidades por grande parte das tarefas domésticas, bem como as referentes à criação dos filhos. Além disso, não existe suporte social adequado à saúde, à educação, à maternidade e à infância. Entretanto, muitas mulheres têm potencialidades para obter melhores oportunidades, pois respondem melhor às exigências do mercado de trabalho, uma vez que apresentam elevado nível educacional, dado ao seu maior nível de escolaridade e polivalência, devido a seu secular treinamento em executar várias tarefas, ao mesmo tempo, no âmbito doméstico.

Transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel sociais da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas e pela sua presença cada vez mais atuante nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, muito mais voltada para o trabalho produtivo. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicaria não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações nas famílias e no perfil da força de trabalho desse sexo, processo

que vem se delineando desde a década de 80. No entanto, “estudos mostram que ainda vão se levar aproximadamente 70 anos, para as mulheres alcançarem a equiparação salarial como os homens.” (AMBROZIO, 2006, p.5). Diante desse paradoxo, as explicações para essas discrepâncias só podem ser buscadas em políticas culturais em andamento.

No Brasil, no início da industrialização, na segunda metade dos anos 50, com o aumento das oportunidades de trabalho, surgiram os movimentos feministas com uma conotação mais enfática, apoiados pelas organizações de classes e pelos sindicatos. Mas foi na década dos anos 70, com o volume de atividades, que surgiram, para auxiliar as atividades industriais, os movimentos feministas. Estes impulsionaram boa parte das conquistas sociais, culturais e políticas, principalmente no que diz a respeito à participação da mulher no processo de transformação conjuntural e estrutural da sociedade. Conseqüentemente, a mulher, foi conquistando seu espaço no mercado de trabalho, através da habilitação, aptidão e especialização profissional. Todavia, apesar de todo esse esforço, a mulher, ainda hoje, é submetida e discriminada em níveis profissionais em relação ao homem, como evidencia o ganho de baixos salários, especialmente, no mercado formal privado, apresentando-se num plano secundário no sistema capitalista discriminador.

Observo que, no Brasil, há uma grande diferenciação entre os mercados de trabalho feminino e masculino. Porém, há aspectos socioeconômicos que vêm justificar o aumento da força de trabalho feminina, como: o empobrecimento do casal e a necessidade do reforço financeiro no orçamento familiar, a ocupação da mulher; o seu desejo de auferir um melhor padrão de vida e o fato do marido está desempregado.

Atualmente, a mulher tem participação efetiva em todos os setores, sejam sociais, políticos e produtivos, em condições competitivas e de igualdade com o homem, no que tange à ocupação no mercado de trabalho; mas essa condição torna-se desigual na questão salarial e na ocupação de cargos. Todavia, o rompimento das pré-condições do pátrio-poder e a ascensão do poder familiar (mudanças na legislação do direito da família) constituem-se um marco para eleger a mulher como responsável na manutenção e no gerenciamento, tanto da família como das empresas. Vejo que essa tendência manifesta-se ao longo dos anos.

Toda essa manifestação comportamental define uma vertente para a análise das principais perspectivas do mercado de trabalho feminino em Fortaleza.

Questiono qual a contribuição dessa mão-de-obra crescente face ao desenvolvimento político-sócio-econômico da estrutura organizacional brasileira.

Partindo deste pressuposto, a evolução da participação feminina no mercado de trabalho em Fortaleza/Ceará, assim como em várias outras partes do país, apresentou crescimento constante nos últimos anos, apesar de demonstrar também intensas semelhanças, diferenças e ambigüidades nas práticas das mulheres e dos homens trabalhadores.

No Estado do Ceará, o crescimento da participação feminina iniciou-se entre as décadas de 70 e 80, quando a composição da PEA feminina deu um salto quantitativo de 17,2% para 26,2%, enquanto a PEA masculina caía de 82,8% para 73,8%, no mesmo período¹. Um dos grandes responsáveis pelo crescimento desse período foi o setor terciário (comércio e serviços), onde a participação feminina foi muito expressiva, saindo de 40,9% em 1970 para 47% em 1980. Muita embora, a nível nacional, o terciário seja o setor de atividade que absorve um maior contingente de mulheres trabalhadoras, no centro-sul, a partir da década de 70, houve grande incorporação da força de trabalho feminina também no setor secundário, notadamente na indústria de transformação. Porém, no caso do Nordeste, mais especificamente do Ceará, grande parte desta mão-de-obra encontra-se hoje inserida no setor informal (categoria autônoma)² que possui grande importância na economia local.

De acordo com o SINE/CE, a natureza dos trabalhos realizados, dentro do setor terciário e do setor informal, legitima as altas taxas de atividade feminina³. A argumentação é de que a natureza do trabalho justifica a utilização da mão-de-obra feminina, para exercer determinadas atividades. Boa parte das ocupações encontradas no setor informal tem características semelhantes no tocante à sua forma de realização. São tarefas iguais às que elas já fazem em casa, ou seja, atividades públicas de caráter privado como, por exemplo, os trabalhos de domésticas, faxineiras, lavadeiras, babás, etc.

Em Fortaleza, as mulheres também entram no mercado de trabalho realizando, na esfera pública, o mesmo trabalho da esfera privada. Outro argumento

¹ FIBGE - Anuário Estatístico, 1975 e 1981.

² De acordo com os conceitos teóricos do SINE/CE, Autônomo é aquela pessoa que trabalha por conta própria, e que, por isso, é ela mesma que determina a extensão de sua jornada de trabalho e a organização e disciplina do seu trabalho.

³ SINE/CE - Força de Trabalho Feminina no Município de Fortaleza: Caracterização Geral, 1985.

que justifica a grande participação feminina no setor informal nessa cidade é que, dado o papel social, ainda cabe à mulher, no espaço familiar, a necessidade de conciliar os afazeres domésticos às atividades profissionais. Com isso, há a limitação de suas possibilidades para o exercício de atividades formal com jornadas de trabalho definidas, levando-as para as atividades sem garantias trabalhistas, mas que lhes permita conciliar o trabalho e a família.

As oportunidades e os lugares de trabalho em Fortaleza/Ceará dão prosseguimento à racionalidade de uma economia capitalista contemporânea. Nos diferentes postos de trabalho, seja no comércio, seja na indústria, sempre é possível observar distintas formas ocupacionais: na maioria de suas lojas comerciais, nos mercados financeiros, nas prestações de serviços, as mulheres exercem atividades de submissão: são as faxineiras, as auxiliares de serviços gerais, as atendentes. Os cargos de gerência, relacionados à administração dos serviços privados, são dos homens. A atividade agrícola dá continuidade a isso. As mulheres artesãs são as bordadeiras, as tecelãs, as rendeiras, enquanto que a maioria dos homens exerce atividades que exigem o uso da força física, como os pescadores, os artesões com argila, entre outras.

Com as leituras realizadas, fui percebendo com mais propriedade a existência de uma divisão ocupacional no mercado de trabalho em Fortaleza/Ceará, a ponto de instigar-me a procurar compreender como ela se processa. Assim, busco contribuir para o desenvolvimento de estudos de Geografia, mais especificamente, nas questões relativas ao gênero, a partir de olhares sobre as oportunidades de trabalho apresentadas para as mulheres fortalezenses.

Essa divisão procura evidenciar a desigualdade entre homens e mulheres através de suas diferenciações biológicas e, assim, ao serem considerados como diferentes, eles devem naturalmente estar posicionados em distintas ocupações. A problemática não está só na distinção de lugares ocupacionais, mas como eles são valorizados dentro de uma ótica capitalista e geográfica.

Busco colaborar com os estudos de Geografia, mais direcionados às questões pautadas no gênero, a partir de leituras sobre os setores ocupacionais do

mercado de trabalho de Fortaleza, nos anos 2001 e 2005⁴, com os seguintes objetivos:

- Geral

↳ Estudar as relações de gênero com base nas relações de poder, vivenciadas pelas mulheres que atuam em Fortaleza/ Ceará.

- Específicos

↳ Configurar os setores ocupacionais no mercado de trabalho, destinados a homens e mulheres;

↳ Analisar as relações existentes entre sexo e qualificação profissional nos setores ocupacionais do mercado de trabalho;

↳ Investigar os condicionantes que atuam para legitimar as desigualdades de gênero, que são expressas no mercado de trabalho;

↳ Examinar como ocorre a segregação ocupacional, a partir das relações de gênero e suas configurações.

⁴ A escolha deste período deu-se devido aos dados mais recentes disponíveis, próximos da atualidade. Lembro que minha pesquisa tem a intenção somente de estabelecer um exercício analítico de uma temática, não tem a pretensão de fazer um estudo histórico das dimensões dos focos analisados.

CAPÍTULO 2 - TRILHAS INVESTIGATIVAS

Ao começar a desenvolver esta pesquisa, percebi ser necessário entender alguns conceitos para se compreender a problemática de estudo. Neste capítulo, procuro mostrar os lugares teóricos que percorri e como estabelecerei o caminho das análises.

2.1 Ferramentas teóricas

Esta pesquisa insere-se no campo da Geografia Cultural, mais particularmente, em uma análise que tem questionado, instigado e se valido da produção de uma articulação teórica com as propostas pós-estruturalistas. Nesse sentido, a Geografia Cultural tem contribuído para os encaminhamentos teóricos desta pesquisa, por contemplar uma virada nas formas tradicionais de se entender os conhecimentos e saberes, sedimentados no enquadramento iluminista, corporificados na crença do progresso constante e no alcance irrestrito da razão e da ciência.

Atualmente, a Geografia Cultural é umas das mais excitantes áreas de trabalho geográfico, abrangendo desde as análises de objetos do cotidiano, representações da natureza na arte e em terras firmes, até estudos do significado de paisagens e a construção social das identidades, baseadas em lugares. Isso prova que ela cobre numerosas questões. Seu foco inclui “a investigação da cultura material, costumes sociais e significados simbólicos, abordados a partir de uma série de perspectivas teóricas.” (McDOWELL, 1999, p. 59).

A história da produção cultural revela uma série de desafios às normas convencionais, à medida que movimentos de vanguarda redefinem os padrões culturais. Nessa história, pelo menos como é contada, a partir da perspectiva do Ocidente industrial “avançado”, a modernidade – este conjunto de formações sociais e econômicas associadas ao surgimento da industrialização e da urbanização no mundo ocidental – foi um elemento de suma importância na produção cultural. Novas paisagens, novas relações sociais e novas noções a respeito da identidade individual e social, nas sociedades industriais, forjaram novas maneiras de perceber

idéias diferentes acerca da disseminação do significado, surgindo um novo mundo de percepção e representação. Portanto, o que posso considerar como assunto básico primordial da Geografia – como assevera McDowell (1999) as mudanças demográficas e sociais associadas à urbanização industrial – também é tido por teóricos culturais, como de esmagadora importância na história da mudança cultural no Ocidente.

Um dos focos da contemporânea Geografia Cultural, portanto, é a investigação de múltiplos discursos acerca de lugar e identidade, revelando os antes ignorados sentidos de lugar e visões de paisagem, construídas mais pelos destituídos do que pelos poderosos. Portanto, as relações de classes, a maneira como a representação simbólica de paisagens reflete relações de poder entre os gêneros, também estão como objeto de estudo.

Entretanto, cabe assinalar que a efervescência verificada no mundo entre os gêneros chega ao nosso ambiente de pesquisa com a constatação da carga significativa no mercado de trabalho, no que diz a respeito à necessidade de organização da mulher para defender e compreender seus direitos.

No mercado de trabalho do Brasil, o gênero é um fator que pode ser manipulado pelos empregadores para se obter mão-de-obra produtiva e barata. O gênero fornece a base para a segregação e discriminação por habilidade, mobilidade ocupacional e escalas de pagamento, justificadas pela alusão a diferenças aparentemente naturais entre mulheres e homens.

Dessa forma, na perspectiva da Geografia Cultural, os sujeitos posicionam-se em múltiplas identidades, transitórias e até mesmo contraditórias, de acordo com os diferentes grupos em que se desdobram. Essas identidades não são fixas nem permanentes, mas são transformadas continuamente. Assim, o sujeito assume identidades diversas em diferentes momentos.

Nesse sentido, essa perspectiva contribui para examinar as formas tradicionais da construção de significados para o gênero. Ancorada nessa perspectiva teórica, pretendo compreender a identificação e a localização dos cânones que sustentam e consagram a sexualização nos setores ocupacionais do mercado de trabalho de Fortaleza/CE, possibilitando questioná-lo.

Também me aproximei dela por defender o pluralismo cultural e o respeito às diferenças. Tanto o pluralismo cultural como as questões da diferença fazem

parte desse campo teórico, de uma forma que nos posiciona (nós mulheres) politicamente ao lado dos Outros pela perspectiva da Modernidade.

De uma forma não utópica nem idealizada, busco situar a mulher historicamente no que se refere ao mercado de trabalho, questionando as construções identitárias, os posicionamentos espaciais e territoriais hegemônicos.

Cardoso (1980) argumenta que, no final do século XVIII, conhecer o exótico implicou a concepção de conceitos circulares acerca do Outro, os diferentes, ainda hoje discutidos na esfera das ciências sociais. Esse Outro foi descrito como ser biologicamente determinado, inscrito no projeto positivista de desconhecimento. No século das luzes, encetaram-se caminhos que excluíram dos estudos científicos as questões que tocassem o “louco”, a “criança”, a “mulher” e o “selvagem”. A monografia clássica identificou um Outro, “anthropos”, construído com base na diferença, assente numa percepção masculina e eurocêntrica da sociedade. Preconceitos e análises estereotipadas minaram os discursos e, ainda hoje, permanecem residuais na linguagem que objetiva o mundo dos homens e das mulheres.

Assim, a proximidade desta pesquisa com a Geografia Cultural não diz respeito somente ao fato desta tomar a cultura como foco central, mas, principalmente, por rejeitar a noção tradicional de cultura – fixa, estável e herdada. Ou seja, a construção do gênero pelo discurso biologista e moderno que endereça à mulher, desde seu nascimento, a ocupar determinados setores do mercado de trabalho.

2.2 Gênero e Geografia

Para o presente trabalho, detenho-me às várias percepções dentro da Geografia e das categorias dicotômicas, profundamente arraigadas no pensamento ocidental: o masculino e o feminino. Repensar as categorias dualistas, através do masculino e do feminino, é importante para que se compreenda e se tente sobrepujar formas de dominação e de opressão.

As elaborações feministas vêm trazendo diversos olhares sobre este par dual e costuma chamá-los de “estudo de gênero”. Se diversos estudos têm tido os olhares sobre essa dualidade, várias são as visões sobre a significância de gênero.

O conceito de gênero, empregado enquanto categoria norteadora desta pesquisa, no âmbito das relações de trabalho, possui uma definição que se apresenta, muitas vezes, em sentido controverso, ensejando uma dimensão polissêmica.

A abordagem relacional não implica apagar a bipolarização entre feminilidade e masculinidade, mas torna mais justa a relação entre os gêneros na esfera das relações sociais, envolvendo cada sujeito em sua singularidade, e a participação dele no conjunto das estruturas sociais, das instituições por ele criadas e das determinações sócio-históricas que, no caso do capitalismo, expressa-se nas contradições entre as classes sociais.

A questão de gênero traz a reflexão da existência da pluralidade, multiplicidade e diferenças, instaurada pelas relações entre os sexos. Chamo a atenção para essas diferenças, suas construções históricas e culturais e a inter-relação de gênero com outras formas de análise, como classe, etnia, nacionalidade, idade, fatores biológicos e psicológicos, política, cultura, sociedade, economia, etc. Essas relações e inter-relações constituem formas desiguais de relações de poder.

Este trabalho toma como referência analítica o conceito de gênero. Considero que ele permite uma leitura acerca da denominada “opressão” da mulher sob um ângulo mais global, procurando situá-lo em contextos de relações sociais, que se realizam nas diversas instâncias, não entre os sexos biológicos, mas entre as características culturais que estes assumem.

Em linhas gerais, o gênero pode ser entendido de acordo com Scott (1990) como “as construções culturais dos sexos”, ou seja, “a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres, permitindo assim, se pensar o ser homem e o ser mulher, como um conjunto de representações sociais construídas a partir das diferenças entre os sexos.” (LOBO, 1991, p.43).

No campo da Geografia, o gênero tem sido utilizado como recurso das análises sobre “o espaço social que é produzido em uma conexão de relações de poder que atravessam diversos lugares e operam em diversos níveis de escalas.” (SILVA, 2004, p.58). A aparição e o desenvolvimento do enfoque do gênero no âmbito geográfico se situa na década de 70, no mundo anglo-americano.

O marco temporal da incorporação da perspectiva de gênero é extremamente recente e é necessário recordar que durante séculos a Geografia considerou a sociedade como conjunto neutro, assexuado e homogêneo. As mulheres

foram simplesmente invisíveis para vivência geográfica durante muito tempo. (SILVA, 2005, p.74).

A Geografia, ainda com um certo atraso em relação a outras Ciências Sociais, tem se incorporado ao processo científico de realização visível sobre o gênero, mesmo com um início tímido que simplesmente pretende reconhecer os padrões diferenciais das mulheres em relação ao espaço. No momento atual, a perspectiva de gênero tem-se constituído uma referência fundamental aos debates teóricos, epistemológicos e metodológicos da Geografia.

Como pode ser observado no Quadro 1, a Geografia Feminista conta com uma complementaridade de múltiplos métodos de pesquisa que são apropriados, a partir de contextos e finalidades a serem atingidas. Contudo, a abordagem da Nova Geografia Cultural tem sido um campo fértil de evolução da Geografia Feminista. Bondi (2002) destaca as simbologias “invisíveis” na paisagem urbana contemporânea, que são compartilhadas e sustentam os distintos e assimétricos papéis de gênero. O foco das discussões tem sido a interseção entre identidade / espaço / poder, notadamente nos trabalhos cuja abordagem revela elevada atenção para as transformações de identidades, relacionadas com os diferentes espaços.

Enfim, a produção da Geografia e gênero tem suas implicações e aproximações que se caracterizam por estarem comprometidas com o campo social, um campo orientado por uma relação mais igualitário entre o masculino, feminino e ao seu redor. As metodologias qualitativa e quantitativa também são amplamente debatidas e aceitam a pluralidade de métodos, inclusive a possibilidade de combiná-los.

Nas últimas décadas, começou a aparecer o gênero como categoria de análise, para se entender o mundo em que se vive. Isso foi devido à contribuição na iniciativa dos movimentos feministas, assim como os recentes avanços da situação social da mulher. Sua estrutura, segundo o gênero na sociedade, foi reconhecida no final do século XX, como um elemento fundamental para compreensão dos campos econômicos e sociais contemporâneos, e a forma em que o meio geográfico estava constituído e utilizado pela população.

Quadro 1 - Tradições na Pesquisa Geográfica Feminista.

Perspectivas	Abordagens Teóricas	Referências Metodológicas	Tópicos selecionados para pesquisa
Mulheres na Geografia	Recenseamento das mulheres; A Geografia das mulheres; Empirismo feminista.	Mapeamento de padrões espaciais de atividades das mulheres e desafio da perspectiva positivista.	Mulheres e a cidade; Mulheres e emprego; Mulheres e desenvolvimento.
Feminismo Socialista	Feminismo Socialista; Marxismo; Gênero e desenvolvimento.	Materialismo histórico; Combinação de teoria e prática.	Relações entre patriarcado e capitalismo; Estruturas sócio-espaciais da casa e local de trabalho, Papéis de gênero no 3º Mundo.
Terceiro Mundo/ Feminismo e Políticas da diferença	Pós-estruturalismo; Pós-colonialismo; Teoria Racial.	Análise de discurso; Pesquisa participativa; história de vida, políticas de trabalho de campo.	Desafio às formas absolutas e eurocêntricas do conhecimento, planejamento e desenvolvimento de gênero. Diferenças no curso de vida.
Feminismo e “Nova” Geografia Cultural	Pós-Modernismo Teoria Psicanalítica; Representação Cultural.	Posicionalidade e reflexibilidade; Análise textual; Narrativas; Etnografia.	Produção do conhecimento é relacional; Espaço e sexualidade; O corpo e as políticas de identidade, Espaços imaginários e simbólicos.

Fonte: Adaptado de SILVA, 2005.

De acordo com Silva (2004), a questão da perspectiva geográfica estabelece a idéia de que o masculino e feminino não só trabalham e vivem no espaço, mas também criam suas identidades sociais através de si. Portanto, o gênero, como construção social, é criado e reproduzido através das ideologias institucionais e práticas cotidianas que definem o contexto de distintos lugares.

2.3 Poder e discursos

A utilização do conceito gênero na Geografia deve levar em consideração o que é dinâmico, o que se constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais, a partir de representações. Tais representações são fundadas em uma ordem sócio-espacial específica e, portanto, envolvendo tempo, espaço e escala. Assim, compreendo que a construção de gênero envolve tanto pressões de contexto, como escolhas individuais. Essa condição permite a construção da abordagem geográfica do gênero, pois as identidades e papéis sociais são exercidos concretamente através do espaço. Nesse sentido, creio que um importante processo sócio-espacial, envolvendo gênero e espaço, pode ser estudado através da participação feminina no mercado de trabalho em Fortaleza. A expressividade das mulheres nesses espaços de poder é significativa e, a partir delas, constituem-se as práticas sociais, envolvendo o funcionamento da produção geográfica de acordo com os discursos e conceitos da modernidade.

Portanto, alguns estudiosos das relações de gênero, tais como: Bruschini (1994), Saffioti (1987), Pena (1981) e outros vêm refletindo sobre a proposta de Foucault, em olhar a história numa perspectiva contrária à linearidade. Trata-se de uma proposta que considera as rupturas, a descontinuidade, produzindo assim uma forma de conhecimento que permite ver o passado sem verdades consolidadas, ou seja, passa a trabalhar com categorias que buscam o movimento, o dinâmico daquilo que não foi materializado, levando a perceber que há outras dimensões, outros pontos de vistas a serem considerados.

Também minha pesquisa será auxiliada pelos estudos de Michel Foucault. A adoção da obra foucaultiana, apesar de não se deter especificamente às análises sobre relações de gênero, justifico por dois motivos básicos:

- tem sido amplamente utilizada como referência teórica entre estudiosos das relações de gênero;
- pela possibilidade de outros entendimentos dos dados, a partir das concepções de poder e discurso, para analisar o endereçamento das ocupações no mercado de trabalho.

Considero, ainda, que o pensamento foucaultiano traz uma renovação à perspectiva de estudos sobre o gênero, ao permitir leituras além da passagem dos fenômenos duais das relações entre homens e mulheres. Isso proporciona dar a

conhecer os mecanismos que tais relações exigem, expressam, condicionam ou estruturam. Para esta pesquisa, utilizarei dois conceitos foucaultiano: poder e discurso que me ajudarão nas análises.

Desta forma, Foucault (1985) busca perceber como os saberes surgem e são transformados e, a partir disso, introduzem a questão do poder, como um instrumento de análise, que explica como os saberes são produzidos. Assim, as relações de saberes são entendidas como intrínsecas às relações de poder.

Porém, na análise de Foucault, o poder não existe por si mesmo, o que existe são práticas sociais que estão espalhadas na sociedade. Isso faz com que o poder não seja centralizado ou disputado; o poder é exercido e está presente em toda estrutura social, pois ele não é um objeto. É uma prática e ninguém está desprovido dele. Chama esse tipo de poder de disciplinar e mostra que nele há uma positividade, pois o indivíduo aparece como alvo. Assim, o poder molda o indivíduo e não o destrói, tornando-o um de seus mais importantes efeitos.

Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, Foucault (1995) se propõe a analisar as relações de poder mediante o antagonismo das estratégias e das formas de resistência contra as suas diferentes formas, tomadas como um ponto de partida. Assim, para compreender as relações de poder, é necessário tomar uma série de oposições que se desenvolveram nos últimos tempos, entre elas, a oposição ao poder dos homens sobre as mulheres.

De acordo com Hall (1997), as sociedades pós-modernas são caracterizadas pelas diferenças, atravessadas por diferentes visões e antagonismos sociais, que produzem uma variedade de múltiplas posições de sujeito. Acredito que o volume maior de transformações sociais, dessa época, proporcione maiores possibilidades de questionamentos e reflexão por parte dos sujeitos e, com isso, maior probabilidade de ações desses sujeitos no sentido de se modificarem e de se transfigurarem.

Essas oposições são lutas transversais, que não se limitam a apenas um país, mas que giram em torno da questão sobre quem é o ser humano. O principal objetivo dessas lutas é atacar, não tanto ou tal instituição de poder, grupo, elite ou classe, mas uma técnica ou uma forma de poder aplicada à vida cotidiana imediata. No caso da oposição ao poder masculino sobre o feminino, portanto, não se trata de um ataque aos homens, mas à sujeição, à forma como as mulheres são restringidas a determinadas áreas da sociedade. Uma luta contra as formas de dominação e de

exploração, que separam os indivíduos daquilo que eles produzem e que os submetem aos outros.

Nesse pensamento, o poder não é visto como algo que se detém ou conquista, mas se exerce. É uma prática social. Quero dizer que para se entender o poder é preciso apreender seu caráter relacional. Para Foucault, as relações de poder são tensas, remetendo mais a processos e a práticas cotidianas do que os fatos acabados. O que se tem são efeitos e práticas de poder. Isso quer dizer que não há indivíduos que apenas possuem o poder, enquanto outros são destituídos totalmente dele, pois, “o poder deve ser analisado em termos de relações estratégicas complexas e móveis.” (RAGO, 2002, p. 271).

Assim, é esta construção social que está enraizada em diversas práticas, e que, enfrontada na educação dos homens e mulheres, desde o seu nascimento, enseja, por um lado, uma série de estigmas na visão de mundo dos indivíduos e, de outro lado, cria divisões hierárquicas que atravessam as sociedades como um todo.

Nesse sentido, o discurso é entendido como prática social e, como tal, está imbricado nas relações de poder e de saber. Ele apresenta uma regularidade e, portanto, deve ser visto por ele próprio, cabendo ao (à) pesquisador (a) observar e descrever o discurso e não tentar interpretá-lo. Daí sua positividade, pois, compreendido, a partir desse ponto de vista, o discurso é autônomo. Deve ser buscado como tal e não julgado a partir de um saber posterior e/ou superior. Seguindo essa teoria, entendo que “o discurso não deve ser interpretado, pois a importância desse método está no fato de que ele produz efeitos e pode permitir que o outro se reinvente e crie novas experiências.” (JARDIM, 2004, p.33).

Os discursos irrompem em determinados lugares, em determinadas épocas e, em certos contextos, eles se deslocam. Por isto, para Foucault (1985), as análises históricas devem substituir a forma unitária e geral das mudanças como sucessões, pela análise dos tipos diferenciais de transformação em sua especificidade. Segundo essa linha de pensamento, “não há discurso melhor ou pior que o outro, o que interessa é o modo como ele foi produzido de acordo com um determinado contexto social, histórico ou cultural e como ele pode construir outras relações, outros aprendizados.” (JARDIM, 2004, p.35).

Dessa forma, o conceito de relações sociais de gênero deve ser pensado de forma particular, mas, ao mesmo tempo, de forma não-fragmentada, pois tais relações existem em todos os lugares e em todos os níveis do social. Ao se

relacionar o conceito de relações de gênero à noção de prática social, possibilita-se a periodização histórica dessas relações que são capazes de evidenciar as formas que a interação social entre homens e mulheres adquire ao longo do tempo.

Essa postura denota também uma historicização do biológico, inserindo as modificações nos hábitos, condições de vida, inovações tecnológicas e desenvolvimento técnico-científico nas análises das relações de gênero, o que possibilita compreender como as limitações anteriores vão sendo superadas, e como são desenvolvidas, a cada momento, novas configurações e possibilidades de interação entre homens e mulheres.

A argumentação, que coloca os gêneros e as sexualidades no âmbito da cultura e da história, leva a compreendê-los implicada com o poder. Não apenas como campos nos quais o poder se reflete, mas nos quais o poder se exercita, por onde o poder passa, e onde o poder se faz. Nesse caso, mais uma vez, percebo entre nós distinções nas formas de compreender as dinâmicas do poder. Contudo, ao manter a referência a Foucault, tenho de admitir que o poder não possa ser tomado como uma matriz geral, uma oposição binária global entre dominantes e dominados, e sim que ele se exercita a partir de muitos pontos e em várias direções.

As relações de gênero/sexo são, então, consideradas como práticas discursivas que distribuem manifestações de poder e resistência entre as pessoas. Procuro, portanto, analisar o gênero com referência à localidade e à especificidade de cada discurso, desconstruindo e reformulando verdades universais, o que favorece metodologias como análises textuais e genealogias foucaultianas. Nessas abordagens, lido com a idéia de múltiplas dominações que atravessam, reforçam ou fragilizam um poder mais plural e menos centralizado.

Essas colocações são importantes para eu pensar que as relações entre mulheres e homens são fabricações históricas, culturais e sociais e, ao mesmo tempo, servem para romper com idéias sobre centralidades, conduzindo-me o pensamento mais a processos e ramificações do que a eventos acabados.

2.4 Breves histórias, longos percursos

Fortaleza é a capital do estado nordestino do Ceará. Completou 281 anos desde que foi levada à categoria de vila. As tentativas de ocupação europeia no território, contudo, datam de 1603, quando Pero Coelho chegou à foz do rio Ceará. A cidade nasceu forte. Erguido com o nome de São Tiago, logo foi abandonado, após ataques de índios e sob efeito da primeira seca registrada na história do Ceará (1606-1607). Novas tentativas se sucederam até que, em 1654, os holandeses foram expulsos. O forte por eles erguido – não mais às margens do rio Ceará, mas próximo ao riacho Pajeú – foi rebatizado. De Schoonenborch passou a chamar-se Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. O povoado em torno do forte se tornou vila em 1726. Nascia Fortaleza.

Batizada por Loira Despojada do Sol pelos versos do poeta Paulo Ney, Fortaleza é considerada atualmente a quarta maior capital do país em população, perdendo apenas para São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. É também um importante centro industrial, comercial e turístico do Nordeste. Entre as grandes capitais brasileiras, foi a que teve o maior percentual de crescimento na primeira metade dessa década. Foi também a que mais cresceu em números absolutos entre as capitais nordestinas.

Sendo uma das cinco maiores áreas urbanas do Brasil e a terceira maior do Nordeste, segundo as estimativas do IBGE (2006), a cidade localiza-se no litoral do Estado, a uma altitude média de 21 metros, e é centro de um município de 313,14 Km² de área e com densidade demográfica de 7.718,3 hab/ Km², cuja população estimada, em 2006, foi de 2.416.920 habitantes (Figura 1).

O PIB de Fortaleza, no ano de 2004, de acordo com o IBGE, foi de 15.797.377.000 reais. Esse total representa 47,5% do PIB do Ceará e 0,89% do Brasil. De 2001, quando o PIB era de 9.784.283.000 reais, até o valor de 2004, o crescimento total é de mais de 61%, ou mais de 15% ao ano. Dentre as capitais do Nordeste, Fortaleza lidera a estatística assim como entre os municípios, ficando atrás apenas de Camaçari, situada na Bahia. Na composição por setor, destacam-se os setores de serviços e indústria com 65,8% e 34%, respectivamente, do PIB municipal.

Figura 1 - Mapa de localização de Fortaleza.



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza-PMF-2005.

O mercado de trabalho de Fortaleza apresentou, na última década do século XX e início deste século, comportamento semelhante ao mercado de trabalho nacional, respeitando é claro suas características locais. Por estar inserida no contexto globalizado, a economia local tende a sofrer os efeitos comportamentais da conjuntura nacional.

De acordo com o SINE, em 2005, o principal setor de atividades em Fortaleza se concentra no comércio, que é bastante diversificado e o maior gerador de riquezas da economia da cidade. A principal área de comércio continua sendo o bairro Centro, reunindo o maior número de estabelecimentos. A Avenida Monsenhor Tabosa é outro corredor comercial importante, próxima ao pólo turístico da Praia de Iracema, bem como a Avenida Gomes de Matos, no bairro Montese. Os vários shoppings, dentre os maiores o Iguatemi, North Shopping, Aldeota, Del Paseo, formam importantes áreas de comércio e entretenimento. Já os segmentos mais fortes da indústria em Fortaleza destacam a produção de calçados, produtos têxteis, couros, peles e alimentos.

A Petrobrás tem a LUBNOR instalada em Fortaleza, que é a menor refinaria da estatal, mas que produz subprodutos de alto valor agregado, como lubrificantes finos. Dentre as grandes empresas de alimentos do Brasil, as maiores do mercado de massas e farinhas são de Fortaleza: M. Dias Branco e J. Macedo. No segmento da indústria naval, o estaleiro INACE é um dos mais importantes fabricantes de iates do Brasil com sede em Fortaleza.

No mercado financeiro, Fortaleza é a sede do Banco do Nordeste. O Banco Central do Brasil tem uma unidade descentralizada em Fortaleza, assim como a Bovespa. Outros bancos que foram extintos como o BANCESA e o BEC, que foi incorporado pelo Bradesco, tiveram suas sedes na cidade. Foi sede do BICBANCO até 1995.

Suas terras, banhadas pelo sol o ano inteiro, fizeram Fortaleza despontar na década de 1990 como um importante pólo turístico, tornando-se assim a principal porta de entrada para o turista que visita o Ceará. O turismo garantiu à cidade mais infra-estrutura e transformou-se em fonte de emprego e renda.

Para cada real movimentado pela economia cearense, 47 centavos estão em Fortaleza. Além disso, de cada 10 habitantes do Estado, três residem na Capital. A política, a economia e a vida cultural do Ceará gravitam em torno de Fortaleza. Nenhum dos grandes centros urbanos do país cresceu tanto na primeira metade da década. A concentração demográfica, por quilômetro quadrado, é a maior dentre as capitais brasileiras.

Conforme o propósito inicial deste estudo, questiono a razão que leva o trabalho feminino a ser colocado sempre numa posição de inferioridade ao trabalho masculino, sendo que o que qualifica é a qualidade e eficiência desenvolvida e não o

fator sexo; teço, portanto, uma análise definida sobre a presença da mulher no mercado de trabalho de Fortaleza. Faço análises sobre o gênero, suas práticas e, por último, identifico as variáveis que possibilitam uma abordagem da realidade.

E, com relação à divisão sexual do trabalho social, as normas cristalizam-se em papéis femininos e masculinos. A atribuição dos papéis ao homem e à mulher, especialmente em Fortaleza, tem força normativa, isto é, passa a pautar a conduta de ambos, sem nem mesmo eles se darem conta da origem social de seu comportamento. A discussão desses papéis, que ora presenciemos, é sintoma da mudança social. É essa discussão que abre a possibilidade da aceitação como corretos e adequados de novos modos de ser homem e de ser mulher. Tentar-se-á avaliar que, de fato, mudaram as atitudes dominantes, quanto ao que seja o trabalho próprio da mulher, mas ainda perduram atitudes mais tradicionalistas.

Embora os estudos indiquem a persistência, a consolidação e o crescimento da mulher no mercado de trabalho, é necessário identificar as peculiaridades dessa participação e mostrar a maneira como o processo de seletividade, diferenciada no mercado, produz, para homens e mulheres, direcionamentos separados quanto aos setores ocupacionais que proporcionam uma guetização ocupacional das mulheres fortalezenses.

2.5 Caminhos da metodologia

A investigação que pretendo desenvolver trata de um estudo de caráter qualitativo que tentará compreender, com o apoio dos autores com os quais venho dialogando, o endereçamento das mulheres para determinados setores ocupacionais do mercado de trabalho de Fortaleza/CE.

Meu argumento, aquele que defendo neste estudo, é o da necessidade de desnaturalizar a divisão ocupacional entre os gêneros no mercado de trabalho, a partir de suas diferenciações biológicas. Todos sabem que pesquisar não é uma atividade neutra; depende dos interesses do pesquisador, das concepções teóricas que detém sobre o processo de construção do conhecimento e do sentido que atribui a atividades de pesquisa. Suponho, portanto, que o pesquisador faça escolhas e assumo o compromisso que delas decorrem. Essas escolhas irão diferenciar o processo investigatório, o caminho que o pesquisador irá percorrer e o alcance dos objetivos que ele propõe.

No caso deste estudo, faço algumas opções que, no meu entender, mantêm a coerência com estudos de gênero que são interdisciplinares. Inicialmente, teço algumas considerações gerais sobre as questões de método e, num segundo momento, apresento os rumos da caminhada metodológica que pretendo trilhar, destacando as características da metodologia: os instrumentos para a coleta dos dados, os procedimentos de análise dos dados e os referencias teóricos que servirão de base.

Segundo Costa (2002), não importa o método que se utiliza para se chegar ao conhecimento, o que de fato faz diferença são as interrogações que podem ser formuladas dentro de uma ou outra maneira de conceber as relações entre saber e poder. A pertinência dessa observação é a procura de outras maneiras de investigar. Meus objetivos de pesquisa permitem-me superar algumas das barreiras epistemológicas impostas pelos cânones da Ciência Iluminista e opõem-se aos esquemas de pensamento que vêm contribuindo para produzir saberes dogmáticos, que mitificam a própria racionalidade.

Portanto, ao me perguntar sobre o método para o desenvolvimento da pesquisa, encontro nos autores filiados à perspectiva pós-estruturalistas reflexões pertinentes, questiono a concepção de método como um percurso definido, concebendo-o como um conjunto de estratégias para o conhecimento e ação num caminho que se pensa, à medida que se vai dialogando com os dados.

Assim, procuro construir um caminho investigativo que tenha como uma de suas características a inseparabilidade entre a construção do objeto, o referencial teórico e o encaminhamento da análise. Ele será composto e recomposto continuamente ao longo do estudo, em diálogo com o material empírico. Não se trata de seguir um caminho seguro, mas de traçar o que se vai encontrando, não de uma análise à exaustão, mas de garimpar nas minúcias o fundamental. Este exercício, nessa perspectiva de análise, pode ser sintetizado pelas palavras de Veiga-Neto (1996).

Não há um porto seguro onde possamos ancorar nossa perspectiva de análise para, a partir dali, conhecer a realidade. Em cada parada nós, no máximo, conseguimos nos amarrar às superfícies. E aí nós construímos uma nova maneira de vermos o mundo e com ele nos relacionarmos. (p.56).

Minha opção pela abordagem qualitativa de pesquisa remete ao questionamento do que se entende por dados qualitativos, advindo de Corazza (2000) que afirma que os dados são materiais em estado bruto, que os

investigadores recolhem do mundo que estudam; são de domínio de todos os campos do conhecimento. Ao colocar meu olhar com as lentes teóricas próprias do nosso campo teórico, é que estes dados passam a ser nossos. Ao coletar os dados, entro em contato com o mundo empírico, fornecendo pistas sobre como o objeto pesquisado se apresenta. São elementos fundamentais para pensar acerca dos aspectos da problemática que pretendo explorar.

O diálogo com os referenciais teóricos escolhidos promove uma sustentação para minha reflexão. E muito provavelmente terei que buscar alguns outros autores que se fizerem necessários, para a compreensão dos dados na medida em que esse diálogo supõe a interpretação dos mesmos, provenientes de documentos escritos e daqueles silenciados.

Esta pesquisa tem como problemática investigativa examinar o direcionamento da mulher no mercado de trabalho de Fortaleza/CE. Pretendo mostrar e discutir a diferenciação na ocupação dos setores pela mão-de-obra feminina e masculina, a partir de textos oficiais obtidos nos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, no Anuário Estatístico do Ceará (1975, 1981, 2007-2008), do Sistema Nacional de Empregos e do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - SINE/IDT, Relação Anual de Informações Sociais-RAIS no período de 2001 e 2005.

A escolha desse material empírico tem por objetivo também chamar a atenção para a forma como as variáveis estão implicadas nas práticas culturais em andamento. E tais práticas têm produzido injunções que incidem desigualmente sobre as identidades, gerando, como conseqüências, subordinações, discriminações e privilégios entre os gêneros. Os efeitos dessa prática repercutem com grande intensidade em nossas relações sociais ao darmos sua continuidade.

Tendo em vista a abrangência e variedade dos locais em que se materializam as especialidades e territorialidades sobre os setores ocupacionais no mercado de trabalho, referente ao gênero, o projeto compreende várias etapas, não necessariamente cronológicas nem separadas. São elas: o levantamento bibliográfico, a revisão de literatura, a coleta de dados e a fase de estudo documental.

Dessa forma, o estudo será desenvolvido em cinco capítulos.

No Capítulo 1, mostro a justificativa e a pertinência de estudos sobre o Gênero na Geografia e a problemática de estudo;

No Capítulo 2, evidencio o percurso investigativo, através das ferramentas teóricas que me auxiliarão a examinar os dados e a metodologia aplicada na pesquisa;

No Capítulo 3, trago discussões das literaturas teóricas sobre o Gênero no mercado de trabalho;

No Capítulo 4, estabeleço um retrato histórico sobre o trabalho feminino no Brasil com a finalidade de compreender a configuração da mulher no mercado;

No Capítulo 5, apresento discussões sobre os achados do estudo, agrupando-os em dois focos de análise: ocupação e distribuição da mão-de-obra local. Analisei alguns dados quantitativos elaborados pelo SINE/IDT e RAIS com o recorte de gênero em Fortaleza nos anos de 2001 e 2005.

No Capítulo 6, enfatizo algumas reflexões mais pontuais do contexto apresentado.

CAPÍTULO 3 - OS MODOS DE SER GÊNERO

Neste capítulo, procuro conceituar gênero, mostrar de que forma as relações de gênero permeiam a vida cotidiana, e como as representações sociais se produzem e deixam marcas vivas na sociedade, especificamente no ambiente de trabalho.

3.1 O Gênero em perspectiva

A temática “gênero” tem sido objeto de estudo, há muito tempo, nas mais diversas áreas de conhecimento, e, para falar sobre tal noção, não posso desconsiderar o campo de estudos que o elegeu, enquanto categoria de análise. Essa concepção, que só emergiu no fim do século XX, esteve ausente nas principais abordagens de teoria social, formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX.

O uso da palavra gênero surgiu num momento em que ocorriam mudanças significativas no âmbito científico, e isso proporcionou inúmeros debates teóricos entre os/as que enfatizavam a transparência dos fatos e aqueles/as que acreditavam que toda realidade era interpretada ou construída.

Data dessa época a construção de teorias que se preocuparam com a lógica, a partir das analogias com a oposição masculina/feminina, porém, até então, o gênero não tinha sido considerado como uma forma de se falar das relações sociais ou sexuais. (MACHADO, 2006, p.52).

Na introdução do conceito de gênero e da sua disseminação nas pesquisas (final dos anos 80 e início dos anos 90), foi organizado um seminário do qual participaram profissionais que produziram textos com o objetivo de fomentar discussões a respeito dos novos estudos⁵, ou seja, sobre as relações de gênero. Bruschini (1994) afirma que o seminário realizado em 1989 foi importante por ser um momento de reflexão teórica e que, antes mesmo da chegada do texto de Scott no Brasil, já se discutia a importância em relativizar os estudos. Foi um momento no qual se notou a importância em desdobrar os estudos e analisar as relações. Essa discussão foi, para algumas estudiosas, também, uma maneira de evitar que os

⁵ O seminário, chamado “Seminário São Roque”, foi organizado pelas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas e financiado pela Fundação Ford, realizado na cidade com o mesmo nome.

estudos fossem isolados, apesar da confusão ainda existente de que estudar gênero era o mesmo que dizer estudar mulheres. Posteriormente, em 1992, as reflexões desse seminário foram publicadas em forma de artigos, resultando em livro que, por sua vez, constituiu referência importante para compreender a passagem dos estudos sobre mulheres, para os estudos sobre as relações de gênero⁶.

Um dos trabalhos sobre as relações entre mulheres e homens muito utilizados por muitas pesquisadoras e pesquisadores foi o de Scott (1995) *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicada em inglês, em 1986, e em francês, em 1988, sendo traduzido do francês para o português, em 1990, e traduzido e revisto do original em inglês para o português em 1995. Esta referência foi importante no sentido de enfatizar “o aspecto relacional da categoria gênero, pois aqueles que se comprometeram a adotá-la em suas pesquisas não deveriam fazê-lo apenas como estratégias, para legitimar estudos sobre as mulheres” (MACHADO, 2006, p.63).

Nesse sentido, o gênero não significa uma variável que se refere ao masculino ou ao feminino como termos autônomos: vai além, pois está imbricado com o sistema de relações, trata-se de um olhar para a diferença.

Somente no fim do século XX, com o fortalecimento do movimento de mulheres e com as teorias fenomenológicas, estruturalistas e pós-estruturalistas, a diferença conquistou visibilidade e deixou de ser pensada como “poeira” ideológica, ou seja, como um subterfúgio ideológico⁷.

Dessa forma, as lutas dos movimentos sociais e as análises realizadas pelos pesquisadores tiveram repercussões positivas, pois fizeram disseminar e criar visibilidades para os estudos e práticas de gênero. Logo, cheguei a mais um avanço: é preciso pensar a diferença. O fim do século XX e início deste são marcados pelas preocupações com as diferenças e desigualdades, no que diz respeito ao gênero e à raça, por exemplo. Trata-se de um momento no qual são desenvolvidas políticas de ações afirmativas, como uma das estratégias dos movimentos, nas quais

⁶ COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

⁷ DELEUZE (1992, p.128) fala que “Foucault sempre invoca a poeira ou o murmúrio de um combate, e o próprio pensamento lhe aparece como uma máquina de guerra. É que no momento em que alguém dá um passo fora do que já foi pensado, quando se aventura para fora do reconhecível e do tranquilizador, quando precisa inventar novos conceitos para terras desconhecidas, caem os métodos e as morais, e pensar torna-se, como diz Foucault, um ‘ato arriscado’ uma violência que se exerce primeiro sobre si mesmo”.

sobressaem discursos que enfatizam as características das diferenças em toda sua força e positividade.

A luta não se dá apenas pela igualdade. Consiste numa fase em que a luta se dá pela afirmação e pela valorização da diferença. Ou seja, as propostas visam a ir além da igualdade entre homem e mulher, têm por objetivo a multiplicidade. Essa preocupação inova os estudos de gênero que são atravessados pelas linhas de classe, de raça, de etnia, de opção sexual e outras. Assim, a reflexão sobre a diversidade entre os estudiosos possibilita “pensar em estratégias de luta para combater as formas de discriminações, de desigualdades, de preconceitos e de homogeneização, pois a diferença não é motivo para as desigualdades.” (JARDIM, 2004, p.47).

Em síntese, a novidade na passagem dos estudos sobre mulheres para os estudos de gênero acontece no fato de essa categoria provocar um novo impacto ao ressaltar, por exemplo, seu aspecto relacional⁸. Isto porque, ele torna complexas as relações sociais, possibilitando a produção de novos poderes ao desafiar as raízes das desigualdades, ao trazer em seu rastro as outras diferenças, chamando a atenção para a percepção de que elas são atravessadas mutuamente. Aquilo que parecia determinado por uma categoria já não o é mais, pois a atenção para o gênero conduz ao interesse em ultrapassar evidências, escapando de saberes constituídos e arrastando visibilidades que outras categorias não o fazem.

Mas não se trata apenas de teorias. O movimento de mulheres, enquanto movimento social, deve ser lembrado, pois possibilitou os quesitos necessários para legitimar a mulher como objeto de estudo e provocar visibilidades políticas, históricas e culturais. Isso por que o movimento e a categoria de análise foram constituídos numa relação de teoria e prática muito próximas. Portanto, ao “estudar o gênero, também é importante entender a potência criativa do sentido das lutas desses movimentos.” (JARDIM, 2004, p.58).

O que se vê, no momento atual, é uma reflexão sobre o avanço dos usos dessa categoria de análise. Para tanto, uma série de trabalhos sobre relações de gênero produzem balanços, reflexões e autocríticas sobre o que está sendo pesquisado nas diversas áreas do conhecimento. É na linha desses balanços que a

⁸ Outras estudiosas já haviam anunciado a importância em se perceber que as diferenças entre mulheres e homens são construídas culturalmente, apontando o caráter relacional dessas diferenças, Beauvoir (1970).

presente dissertação está sendo constituída. A proposta é realizar uma síntese e uma reflexão sobre os caminhos percorridos, focalizando suas tendências, as contribuições, as dificuldades ou os impasses que o gênero proporciona, quando adotado no mercado de trabalho em Fortaleza, no seu âmbito geográfico.

Nessa perspectiva, com este estudo, busco entender os mecanismos dessa teia, tecida ao longo de séculos, apontando instrumentos para rompê-la e caminhos novos para trilhá-la, após desatar a mesma.

Para alcançar tais objetivos, é necessário estar envolvida em um novo olhar - o olhar de gênero, ou seja: olhar homens e mulheres não como resultados naturais de sua determinação sexual, mas como fruto de construções sociais, de processos educativos diferenciados, de teorias que insistam em caracterizá-los como superior/inferior, destinados, pela própria natureza, a papéis totalmente diferenciados.

3.2 A contextualização da dualidade masculino e feminino

Sexo e gênero não são sinônimos. As crianças não nascem homens ou mulheres, elas se tornam. As que nascem com o sexo de macho são criadas para se tornarem homens, e as que nascem com sexo de fêmea são socializadas para se comportarem como mulheres. Assim, o exercício de transformar um bebê em homem ou mulher é cultural, exigindo um grande esforço dos adultos para enquadrar todas as crianças, seja no padrão masculino, seja no feminino. Desse trabalho social, resultam pessoas diferenciadas segundo o gênero.

Com esta perspectiva, o entendimento de gênero exige:

Que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico, portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminilizantes (em consonância com as diversas concepções de cada sociedade). Como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida é uma categoria imersa nas instituições sociais, o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são "generificadas", ou seja, expressam as relações de sociais de gênero. (LOURO, 1995, p.38).

Ao perceber que as diferenças de gênero são construções sociais, as considerações que faço, neste trabalho sobre o gênero feminino, referem-se a um tipo particular da sociedade, a sociedade ocidental moderna capitalista, dentro de um contexto histórico social determinado.

O entendimento de gênero, nessa sociedade, repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primordial de significar relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86). Ou seja, gênero é um campo primordial no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Não se trata dizer que o poder está na dominação que o homem exerce sobre a mulher, mas sim de mostrar que o poder nas relações de gênero se mostra em termos de conflito entre o espaço masculino e espaço feminino.

Em consonância com essa visão, Saffioti (1992), afirma que as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno.

Exemplificando, quando uma mulher começa a ter um rendimento, fruto de seu próprio trabalho, e muitas vezes é esse rendimento que de fato sustenta a casa, o marido sente-se perdendo espaço, ou mais que isso, sente que seu espaço “masculino” está sendo invadido, por isso muitos homens fazem questão de afirmar que o rendimento da mulher é apenas uma ajuda, um complemento ao orçamento familiar, mesmo que seja o rendimento da mulher que sustente a casa.

Nesse caso, as mulheres estão ampliando o repertório de imagens do que seja feminino. Se for ela a garantir o sustento da casa, deixa de estar associado exclusivamente ao masculino e passa a fazer parte do espaço feminino. Desconstrói a imagem da mulher passiva e incapaz da vida racional e de decisões de peso, revela a presença da mulher, reinventando o seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistências à dominação masculina e classista, destacando-se a sua atuação como sujeito histórico, e, portanto, a sua capacidade de luta e participação na transformação das condições sociais de vida.

Nesta perspectiva, Perrot (1988) invoca as imagens da “mulher popular rebelde”, capaz de perceber conscientemente os ideais de liberdade de suas ações, automatizando-se em relação aos poderes masculinos. Alerta para o “grande risco de encerrar uma vez mais as mulheres na mobilidade dos usos e costumes, estruturando o cotidiano na fatalidade dos papéis e na fixidez dos espaços”. (PERROT, 1988, p.87).

Essa análise ressalta que o importante é encontrar “as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente autômatos, mas criando elas mesmas o movimento da história.” (PERROT, 1988, p.87).

O conceito de gênero explica de que modo as pessoas articulam as representações⁹ que homens e mulheres fazem da realidade social, operando como forças propulsoras de novas ações, de acordo com seu interesse, com a situação e com o momento em que se encontram. O que é considerado feminino depende de cada cultura e pode variar de uma sociedade para outra.

O estudo das relações de gênero é um importante contributo para explicar a organização social, sua estrutura e forma de funcionamento. O gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. (SORJ, 1992, p.15).

Seja qual for a abordagem que se faça da questão de gênero, não se pode perder de vista as condições sociais mais gerais que atuam na determinação dos problemas e oportunidades e que afetam homens e mulheres no mercado de trabalho, ambiente doméstico, político, institucional, ou seja, tanto na vida privada como na vida pública.

Nessa perspectiva, as relações de gênero podem ser entendidas como aquelas que põem em jogo representações e símbolos de masculino e feminino, e dependem das práticas sociais para se manterem vivas no conjunto de valores da sociedade.

A associação de um símbolo ou padrão de comportamento ao sexo é comum, tal como, se associa ao uso de brincos e de cabelos compridos à mulher, e o uso de gravatas ao homem. Contudo, não há nenhuma relação necessária ou natural entre símbolo ou padrão de comportamento ao gênero que está ligado. Os símbolos ligam-se às categorias socialmente construídas. Como se verá posteriormente, “as indústrias se apropriam e fazem uso dessas imagens, desses símbolos, como estratégia para discriminar e desqualificar o trabalho realizado pela mulher.” (NEVES, 1995, p.52).

⁹ Representação pode ser conceituada como sendo o reconhecimento do eu e do outro e, sobretudo, a relação entre eu e o outro, podendo ser classes sociais, grupos étnicos ou categorias de gênero. A representação é o pensar-sentir a vivência, não se confundindo com a experiência. “Tem lugar segundo uma base material, que nutre o nível simbólico e por ele é alimentada. Na realidade concreta, não se podem separar o material e o simbólico: um é constitutivo do outro. É o pensar-sentir a vivência” (SAFFIOTI, 1992, p.209).

Apesar de todas as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, esta apresenta uma nítida divisão dos papéis de gênero. Compete “ao homem o papel de provedor, sendo responsável pelo sustento econômico de sua esposa e filhos. A mulher é responsável pelos cuidados dos filhos e trabalho doméstico.” (CARVALHO, 1996, p.21). Frente ao mercado de trabalho, à lei e a quase todas as instituições que organizam a vida pública, todos os indivíduos são considerados iguais e, como tais, pelo menos no plano ideológico, eles se colocam:

[...] no âmbito da família, de acordo com o modelo de divisão sexual do trabalho, homens e mulheres passam a ser desiguais, na medida em que a sociedade atribui às tarefas que desempenham valores distintos, frente ao objetivo de reconhecimento individual e realização pessoal que, indistintamente, enquanto indivíduos, homens e mulheres se propõem a alcançar. (CARVALHO, 1996, p.23).

Esses conceitos aqui abordados são importantes para sinalizar minha compreensão de como se dão as relações de gênero e de como se articulam as representações, desnaturalizando¹⁰ as diferenças e inserindo as questões relativas às estratégias e relações de poder, inerentes às representações de feminino e masculino na sociedade e no mercado de trabalho de Fortaleza.

3.3 A identidade e a categoria de gênero como aspectos das relações de poder

Identidade refere-se àquilo que permite posicionar uma pessoa a partir de marcadores que carrega como sinais. Porém, não se restringe à dimensão individual ou psíquica; sua dimensão social ou coletiva permite entendê-la como processo que supõe relações sociais e históricas. Enquanto processo, a identidade vai se construindo como fruto da dialética entre indivíduo e sociedade. Ao ser sempre permeada pelo contexto, ela é flutuante, fragmentada.

Nossa sociedade é capitalista e patriarcal. O patriarcado aparece como substancial ao capitalismo e aos outros modos de produção que o precederam. É capitalista, porque é dominada pelo modo de produção capitalista, estando conseqüentemente dividida em classes sociais. É patriarcal, porque todas as diversas formas de poder estão centradas nos homens que, por sua vez, subordinam e oprimem as mulheres.

¹⁰ Desnaturalizar é um termo que indica que as diferenças de gênero são dadas pela cultura, pela construção histórico-social, e não pelas diferenças biológicas, próprias da natureza.” (CARVALHO, 1996, p.34).

Sendo a identidade fruto de um processo que supõe relações sociais, que podem ser étnicas, raciais, de classe e de gênero, ela vai sendo construída como um mecanismo que vai sujeitando as pessoas, para assemelhar-se a um outro com características próximas às suas, mas, com especificidades próprias. Desta forma, vão se construindo as diferentes identidades de classe, de gênero e de etnia.

A identidade de gênero é uma forma particular da identidade social ou coletiva, construída a partir dos papéis sexuais atribuídos a homens e mulheres, e que estão presentes no processo de socialização, iniciado na família e construído a partir do sexo biológico. Assim, o feminino e masculino são quase que totalmente determinados pelos padrões sócio-culturais, que impõem o significado de ser mulher e de ser homem. Dos homens, espera-se que sejam ativos e racionais, e das mulheres, que lidem com as emoções e sentimentos. Não há dúvida de que o próprio homem se considera mais importante do que a mulher, quando realiza um trabalho qualquer, relegando a ela uma tarefa menor, isto é, de ajudar outros seres humanos a desenvolverem-se.

Este fato é exemplificado no caso da criação dos filhos e cuidados dispensados a outras pessoas, não imaginando que essa é uma das tarefas mais ricas para o equilíbrio emocional das pessoas, entretanto, por ser realizada por mulheres, não é valorizada. A valorização do homem contribui para que somente as suas atividades sejam reconhecidas como trabalho. A maior parte do chamado “trabalho de mulher” não é considerado importante, talvez por estar associado, em geral, ao desenvolvimento do outro e não ao do indivíduo que o realiza. O que a mulher faz tem a conotação de ajuda ao marido ou às outras pessoas.

A identidade feminina está baseada muito mais na capacidade de a mulher formar e manter associações e relacionamentos. Para muitas mulheres, a ameaça de ruptura dessas associações não é encarada apenas como perda de um relacionamento, mas como algo próximo a uma perda total de identidade.

De modo, a identidade de gênero é um processo determinado inicialmente pelo sexo biológico e, como tal, é cristalizada inconscientemente. Enquanto processo, ela pode ser mantida, modificada ou transformada a partir da inserção dos indivíduos em determinadas relações sociais. Para que ocorram mudanças na identidade do gênero feminino, por exemplo, é necessário que a mulher se perceba enquanto gênero (sexo socialmente construído) e transcenda para uma nova forma de ser mulher. Isso constitui uma aprendizagem que não

significa reproduzir o que aprendeu, mas, uma aprendizagem que permita conhecer e refletir, criticamente, sobre sua condição social de mulher. Entretanto, permitir que a mulher tome consciência de suas ações e implicações e reflita sobre as formas de exploração/dominação e discriminação de classe, gênero e até a raça e etnia, se for o caso, criando condições para uma possível reconstrução de uma nova identidade de gênero.

A identidade de gênero da mulher, pelos próprios papéis que desempenha, está muito mais ligada ao outro, e as transformações somente serão percebíveis, quando ela própria tomar consciência disso e passar a agir com vistas a mudanças.

A reconstrução de uma nova identidade de gênero implica, portanto, um esforço individual ou coletivo de sair da imanência e partir para a transcendência, como propõe Beauvoir (1970), possibilitando, dessa forma, o renascer uma nova mulher.

3.4 Divisão do trabalho: consolidação de tipologias sexuais opostas?

A exaltação dos papéis exercidos pelos homens, em detrimento do papel exercido pela mulher, na sociedade é nítida. Este último é considerado como menos importante e, nesta análise, afirma-se que, de um lado (da mulher), existe a opressão, e que, de outro lado (do homem), existem os privilégios. Verifica-se, portanto, que:

Gênero influencia os modos que as pessoas experimentam o mundo, interagem com os outros, e que oportunidades ou privilégios estão abertos ou fechados a eles. Um dos elementos mais importantes de relações de gênero é o modo que eles solidificam hierarquias e relações de poder em uma sociedade, por vários meios de, em uma mão, opressão (violência, discriminações, marginalização) e, no outro, privilégio (preferências, favores, poder sobre os outros). (HERCULANO, 1988, p.45).

Entretanto, a dominação de classe pressupõe a dominação de gênero, que segue sendo estigmatizada ao longo do tempo, e tanto homens como mulheres são explorados. Porém, no caso da mulher, há uma diferenciação, pois, além da especificidade de prover a sociedade de força-de-trabalho, existem as divisões sexuais do trabalho, que impõe a ela somente a administração da casa. Cardoso, já em 1980, alertava para a existência de uma “perpetuação na sociedade de que ela é

o sexo frágil, por isso não possui capacidade de exercer funções até então exclusivas aos homens, como as de chefes e cargos políticos.” (p.37).

Essa idéia de incapacidade e fragilidade da mulher perpassa a sociedade, porém, é essencial o entendimento da estrutura social, fundamentada na divisão sexual e social do trabalho e em classes sociais, portanto, segue as delimitações de uma classe hegemônica, que está no poder com o aval do Estado.

Segundo Cardoso (1980), a hegemonia enquanto dominação infiltrou-se no pensamento e na forma de ser de homens e mulheres. Estas por "aceitarem" comportamentos exigidos e o estabelecimento das funções sexualizadas, e aqueles pelo sentimento de superioridade, que faz com que exijam da mulher respeito e submissão. Porém, ambos são frutos de uma sociedade, ancorados nos princípios moralistas, defendidos pela Igreja Católica e apropriados pela classe hegemônica, criando obstáculos para a identidade de classe.

Nesta proposta, Abramo (1996) comenta que:

Constatou que as imagens básicas, originárias (da mulher-família, mãe, dona de casa) vão estar sempre na base - e projetando sua sombra - sobre a outra (a da mulher trabalhadora). Utiliza também a expressão imagens de gênero como: configurações das identidades masculina e feminina, produzidas socialmente e culturalmente, que determinam, em grande parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. Essas imagens são "prévias", porém essa inserção, ou seja, são produzidas e reproduzidas desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos e estão baseadas, entre outras coisas, na separação entre o privado e o público, e na definição de uns como territórios de mulheres e outros como territórios de homens. Por sua vez, essas imagens condicionam fortemente as formas (diferenciadas e desiguais) de inserção no mundo do trabalho: tanto as oportunidades de acesso ao emprego como as condições em que este se desenvolve (p. 43).

Desse modo, Lemenhe (1991) afirma que as diferentes relações de poder condicionam o modo pelo quais as pessoas valorizam as suas experiências; nas sociedades centralizadas pelo Estado, inúmeras variáveis se cruzam e entre elas os gêneros, produzindo poderes assimétricos entre os grupos humanos; a reprodução da cultura e a mudança nas suas práticas são moldadas pelo gênero, enquanto princípio organizador.

A análise dos estudos antropológicos revela-me que os modelos de pensamento sócio-culturais estão de tal modo enraizados e instituídos, como vias de conduta humana, que reproduzem a desigualdade dos gêneros. A construção social do gênero funda-se muitas vezes em torno de conceitos de mulher e homem, que

não resultam deles próprios, mas de ideologias e hierarquias de gênero atravessadas por outras ideologias e hierarquias.

A grande parte da identidade de gênero é adquirida na família, onde se fazem os primeiros aprendizados para a divisão sexual do trabalho. E o lar serve mesmo é para baratear os custos de reprodução e já na escola é que se reforça essa desigualdade entre homens e mulheres. (FARIA e NOBRE, 1997, p.56).

Essa idéia é reafirmada por Antunes (1999) e Hirata (1998), quando colocam que há uma construção social sexuada no mundo produtivo e reprodutivo, onde os homens e as mulheres são, desde a escola e a família, qualificados diferentemente para o mercado de trabalho, e o capitalismo tem sabido se apropriar muito bem disso.

Vi que as atividades desempenhadas no lar não são em decorrência de processos naturais, mas que foram moldadas, ao longo da vida das mulheres, para o cuidado com os filhos e com a casa, enfim, isso faz parte do processo social que historicamente delegou às mulheres essas responsabilidades.

Percebi, então, que as mulheres que avançam no espaço público dependem de outras que fazem as tarefas domésticas por ela, e dessa forma ocorre outro problema, apontado por Saffioti (1987), que como à mulher cabe a socialização dos filhos, essa função somente deve ser delegada a outras pessoas se houver legitimidade, ou seja, quando for necessário a mãe ganhar seu sustento. Porém, nos segmentos sociais mais aquinhoados, a mulher não precisa dessa legitimação. Assim, não existe apenas o problema da dupla jornada que a impede de participar das atividades políticas, mas uma cobrança para que ela não deixe o ambiente que lhe foi culturalmente destinado. Como constatei, deve existir uma boa causa para que a mulher destine suas funções a outra pessoa.

No mercado de trabalho, as mulheres, em grande parte, venceram a exclusão, mas não venceram as desigualdades e a segregação. Houve mudanças significativas com a entrada maciça das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA), mas também surgiram novos desafios para passar. Há a permanência de um percentual ainda elevado de mulheres “confinadas” à esfera doméstica ou em profissões tipicamente femininas.

Considero que a paridade das taxas de atividade entre os sexos é uma condição necessária, porém não suficiente, para a igualdade de gênero. Conforme Melo (1998), a partir de 1990, os estudos relacionados às mulheres integraram os

estudos do gênero, refletindo-se numa perspectiva mais abrangente. A diferença estabelecida na classificação do gênero, no que diz respeito à sexualidade, assenta em quadros conceituais, espelhados em práticas culturais produzidas e construídos por detentores de poder. Nesse sentido afirma:

A fragilização é uma tendência que tem atingido a ambos os sexos, porém são as mulheres as mais prejudicadas, pois o índice de mulheres que ingressam no mercado de trabalho tem sido superior ao índice de ingresso masculino, mesmo no período de crises econômicas. (HIRATA, 1998, p.45).

Isso significa dizer que, as mulheres são as que mais se submetem a qualquer tipo de serviço, seja devido à necessidade de se tornarem mais autônomas e independentes (do lar, do marido ou do pai) ou à própria necessidade de aumentarem o orçamento familiar, e assim alimentarem a prole.

Devido à segregação entre trabalho doméstico e extradoméstico, há uma repercussão nos níveis de inserção da força-de-trabalho feminina e masculina no mercado de trabalho, com uma tendência da taxa de atividade feminina ser inserida em setores inferiores, ocasionando a exclusão social. A segmentação, ocasionada pelo surgimento de um novo modelo de emprego precário, feminino, generaliza toda força de trabalho, que é o trabalho de tempo parcial.

Segundo comenta Larguia (1982), o esforço da mulher duplica com a inserção no trabalho assalariado. Na execução da dupla jornada de trabalho, somente um trabalho é pago e reconhecido, já que o doméstico faz parte da condição de mulher, e o emprego faz parte da condição de mulher pobre, mas ambos não são fruto de uma escolha.

Posso também verificar que as tarefas domésticas ainda continuam sendo consideradas tarefas exclusivamente femininas, já que, mesmo na alternativa de “outros”, são as mulheres que realizam, (a mãe ou irmã), enquanto que os maridos são ainda um dos que menos contribuem com seu trabalho na realização dessas tarefas.

Assim, a divisão do trabalho assalariado para as mulheres faz com que acumulem suas funções e se sobrecarreguem em outras atividades do trabalho privado. Aquelas que são melhores remuneradas são as que passam a subordinar uma outra mulher, para que esta realize para elas as funções onerosas do ambiente doméstico.

Devido a essa situação extremamente alienante para a mulher, que tem suas funções restritas ao ambiente privado do lar, é que aposto que, na vivência no cotidiano do ambiente público, com o exercício das funções assalariadas, mesmo que com isso acarrete dupla jornada ou traga a subjugação de outras mulheres na realização do trabalho doméstico, isso traga modos de pensar diferente à sua vida.

Relevante expressar também que o gênero feminino, quanto à sua função de provedora, torna-se imprescindível para o capital, porque o fato de gerar filhos propicia um potencial para a força de trabalho. Assim, a mulher reprodutora e trabalhadora tem sido fato concreto ultimamente, ou seja, ao mesmo tempo em que gerencia o funcionamento do lar, e garante com isso a reprodução dos demais integrantes da família, garante também a sustentabilidade de si própria.

Nesse sentido, apesar das mudanças na forma de vida da mulher moderna, com autonomia financeira pelo ingresso no mercado de trabalho e, em muitos casos, com alto nível de escolaridade, noto que muitos tabus permanecem ideologicamente impregnados quanto à sua condição na sociedade.

Porém, com o assalariamento, a mulher passa a ter maior independência, e isso pode desencadear um processo de rompimento dos laços familiares, preservadores da subordinação e da divisão sexual do trabalho. Assim, a mulher terá seus horizontes abertos e maior poder de visualizar sua independência da sociedade que a subordina, seja através da entrada na vida pública, seja nas suas devidas atuações.

Sartori (2001) aponta que a masculinidade e a feminilidade não são sobreponíveis respectivamente a homens e mulheres, mas são metáforas de poder e de capacidade de ação e, como tais, acessíveis a homens e mulheres.

A participação feminina no mercado de trabalho, em pleno século XXI, revela que a discrepância entre os gêneros ainda está longe de terminar, embora tenha reduzido. Dessa forma, o lugar a ser criado e construído pela mulher deve ser aquele onde as diferenças de classes não sejam gritantes, e onde haja igualdade também entre os sexos. Para Smith (2000) isso só será possível quando, em dado movimento organizado localmente, tiver condições de saltar escalas, no sentido de dissolver as fronteiras espaciais que são, em larga medida, impostas de cima e que detêm a produção e reprodução da vida cotidiana.

Portanto, somente quando as duas categorias hegemônicas (masculina e feminina) iniciarem uma discussão e uma desconstrução desses atributos

naturalizados, ao longo dos tempos, e principalmente valorizados e enraizados socialmente poderão avançar nos estudos dos gêneros numa perspectiva relacional, sem riscos de absolutização de algum deles.

CAPÍTULO 4 - A MULHER NO ESPAÇO DO TRABALHO

Neste capítulo, mostro um histórico do trabalho feminino no modo de produção capitalista no final do século XIX. Também comento sobre a trajetória da mulher no mercado de trabalho, no Brasil, e em Fortaleza, até os dias atuais.

4.1 O enfoque histórico do trabalho feminino

No século XIX, a consolidação do sistema capitalista trouxe inúmeras mudanças, tanto no processo produtivo quanto na organização do trabalho, especialmente para a mão-de-obra feminina. O sistema de produção manufatureira e, posteriormente, fabril, o desenvolvimento tecnológico e a introdução cada vez mais significativa da maquinaria vão afetar os trabalhos femininos, transferindo para as fábricas tarefas antes executadas a domicílio, aumentando a força de trabalho feminino.

A inserção da mulher no mercado de trabalho começou a ganhar espaço, como trabalhadora pública, com o advento da Revolução Industrial e a conseqüente introdução da máquina a vapor. A mulher foi lançada no mundo econômico pelo capitalismo. Por isso, as referências às sociedades pré-capitalistas e socialistas se tornam necessárias. Estas referências, entretanto, objetivam tão somente ressaltar “o caráter contrastante existente entre os papéis sociais da mulher nessas formações sociais e na sociedade de classes.” (SAFFIOTI, 1979, p.15).

No sistema de produção capitalista - onde os meios de produção estão apropriados por uma minoria – origina-se a dominação e a exploração dos trabalhadores. Conseqüentemente, a mulher é vítima desse sistema e apresenta-se como fator principal e tradicional da sociedade patriarcal: dominação e submissão (fatores antagônicos). O capitalismo automaticamente dá margem à exploração também da mulher, não lhe concedendo o livre arbítrio social, como lhe é dado no direito constitucional. Nesse aspecto, a mulher é afetada em dupla dimensão, tanto no nível superestrutural como no plano estrutural. No aspecto superestrutural, quando concebe a instituição dos elementos jurídicos, políticos (Estado, direito, deveres e obrigações) e ideológicos (idéias, valores, artefatos culturais, costumes

sociais, símbolos); e, no aspecto estrutural, quando concebe as relações e proporções ao nível do sistema econômico, avalia Harnecker (1990). Como trabalhadora a mulher é tratada em segundo plano, com raras exceções.

Portanto, a sociedade de classes privou a mulher da igualdade com os homens, discriminando-a não somente de fato, mas também no plano formal do direito, quando ela própria, pelo recurso à técnica e à máquina, eliminou, antes que qualquer outra sociedade o fizesse, “uma real desvantagem do elemento feminino em face do masculino: a da força física.” (SAFFIOTI, 1979, p.64).

O processo de participação da mulher em determinados sistemas é bem diferente:

Enquanto o capitalismo caminha no sentido da privatização e da concentração da propriedade, para atingir sua fase de maturidade (fase monopolista), o socialismo caminha em direção à coletivização desta mesma propriedade. Nestes termos, pode ser inteiramente correto relacionar a igualdade social completa entre os sexos e o desenvolvimento econômico-social das sociedades socialistas. Nas sociedades capitalistas, ao contrário, a maturação das forças produtivas determina uma estagnação ou um reflexo da mão-de-obra feminina efetiva. (SAFFIOTI, 1979, p.68).

Entretanto, a modernização e o desenvolvimento capitalista acentuam a subordinação das mulheres na sociedade de classe. A abordagem que faço, com relação à divisão sexual do trabalho na fábrica, tem muito a ver com a segmentação do mercado de trabalho.

Todavia, observo que a participação feminina no mercado de trabalho tornou-se uma questão central: à medida que os homens são expulsos da força de trabalho nos setores modernos, mulheres que não trabalhavam anteriormente, são crescentemente incorporadas ao comércio e indústria. Desde o final do século passado, as mulheres tornaram-se o principal reservatório de mão-de-obra, e representavam “o movimento ascensional das ocupações mal pagas, domésticas e suplementares.” (BRAVERMAN, 1981, p.40).

Nesse período, as mulheres, assim como as crianças, dividiam com os homens as difíceis condições de trabalho vigentes, como jornadas de trabalho de até 18 horas. As diferenças salariais eram brutais. Comenta Alves e Pitanguy (1985), em Paris, os salários femininos eram em média de 2,14 francos e os masculinos, de 4,75; na Alemanha, na indústria de papel, os homens ganhavam de 18 a 20 marcos, e as mulheres, de 9 a 12; em Massachusetts, na indústria de calçados, os salários variavam de 37 dólares para as mulheres a 75 dólares para os homens. Embora os atuais dados censitários, em escalas mundiais, mostrem que a diferença salarial

entre os gêneros não seja tão disparada, como nesse período, ela ainda persiste com índices bastante distanciados. Serão necessárias muitas décadas para ocorrer a equiparação salarial.

A justificativa ideológica para esta superexploração era de que as mulheres necessitavam menos trabalho e menos salários do que os homens, porque, supostamente, tinham ou deveriam ter quem as sustentasse. A desvalorização da força de trabalho da mulher acarretava um rebaixamento do nível salarial geral, sendo que, “os movimentos operários do século passado repudiaram o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, fechando-lhes as portas dos sindicatos recém-formados, vendo-as como ‘concorrentes desleais’.” (ALVES e PITANGUY, 1985, p.40).

Sendo assim, o objetivo dos homens era o de excluir a mulher do mercado de trabalho, pois teriam seus salários reduzidos em função da competição feminina, que ganhava muito mal.

Na família, o homem tinha a obrigação de manter o sustento de todos os seus dependentes. O ganho dos demais membros era recebido como complementares, a mulher deveria receber menos, pois não era dela que provinha à renda familiar. Isso reforçava a idéia de que o trabalho feminino era inferior e mal pago. Quando os homens não conseguiam manter a subsistência da família sozinhos, necessitavam do trabalho pago das mulheres e das crianças, para manter o orçamento familiar. Existia uma boa oferta de trabalho feminino, pois tinha uma mão-de-obra barata e fácil de intimidar, já que grande parte do trabalho era executada por meninas. Muitos dos trabalhos pagos, feitos por mulheres, não eram reconhecidos pelo recenseamento, por serem confundidos com serviços domésticos, tais como: lavadeira, faxineira, receber pensionistas e outros. Estes setores ocupacionais ainda persistem, no mercado de trabalho, como espaços femininos na contemporaneidade.

Perante a sociedade, era importante que a mulher não trabalhasse fora, pois o seu trabalho demonstrava que a família estava passando necessidades. As mulheres solteiras trabalhavam antes de casar, e também as viúvas, ou quando eram abandonadas pelo marido. Hobsbawn (1988) assevera que, na década de 1890, apenas 12,8% das mulheres alemãs casadas tinham a ocupação reconhecida e, na Inglaterra (1911), apenas 10% delas.

Nas zonas rurais, o que caracterizava a vida da maioria das mulheres era a impossibilidade de separar as funções do trabalho de casa e o realizado na esfera pública das atividades domésticas. Os agricultores necessitavam das esposas, tanto para o trabalho na fazenda como para cozinhar e criar os filhos. O mesmo ocorria com os mestres-artesões e pequenos lojistas que, além do trabalho doméstico, precisavam delas para conduzir seu comércio. Não existiam ocupações exclusivamente femininas (exceto a prostituição e os divertimentos públicos ligados à mulher).

Na política, a sociedade estava tão masculinizada quanto na economia, considerando-se a política um assunto exclusivo dos homens. Tal situação não difere muito da atualidade, ainda persiste na política mundial um mundo masculino, denominado por Perrot (1988) de santuário medieval.

Porém, na sociedade pré-industrial, houve participações femininas que iam desde pressões de opinião de uma aldeia até tumultos, onde pelo menos as mulheres pobres tomavam parte. Na Revolução Francesa, as mulheres marcharam sobre Versalhes para pedir ao rei que fossem controlados os preços dos alimentos.

De modo geral, independentemente do desenvolvimento da industrialização na Europa e em outros países ter apresentado particularidades e graus distintos, exigindo mais, ou menos, a participação das mulheres, a história do século XIX teria pouco a dizer sobre as mulheres. Isso se não fosse o aparecimento simultâneo de movimentos femininos, em diversos países, a fim de obter participação sufragista, “elas não estavam fora da história, mas estavam fora da história da sociedade do século XIX.” (HOBBSAWN, 1988, p.54).

Através dos membros dos movimentos feministas, que eram predominantemente da classe média, pois se identificavam com o liberalismo burguês, é que se possibilitou o avanço desses ideais, baseados na igualdade social, econômica e também cultural. As mulheres desejavam ser tratadas politicamente e legalmente como o homem, e fazer parte na vida da sociedade, independentemente do sexo. Para a mulher percorrer uma caminhada “no mundo dos homens era difícil, o êxito exigia esforços e dotes absolutamente especiais, e o número das que conseguiam isso era modesto.” (HOBBSAWN, 1988, p.77).

De acordo com Hobsbawn (1988), a expansão e repercussão dos movimentos feministas, promovidos por mulheres de classe média, foram limitadas, pelo fato das mulheres de camadas inferiores estarem empenhadas em suprir suas

necessidades mais imediatas, ligadas às restrições econômicas, sociais e culturais. O destaque maior dá-se pela participação dos movimentos femininos, empenhados nas campanhas sufragistas. O direito ao voto era a aspiração mais almejada pelas feministas, principalmente nos EUA e Inglaterra, contando com o apoio das classes médias e superiores, além de líderes políticos e ativistas dos movimentos socialistas. Esse direito foi conquistado somente por volta de 1924, momento em que as mulheres votaram nas eleições nacionais, pela primeira vez, na maioria dos países europeus e nos EUA.

Esse foi um período de conquistas para as mulheres, porque elas podiam votar e serem votadas, ingressar nas instituições escolares, participar do mercado de trabalho, sendo que os sistemas social e político começaram a reconhecer sua cidadania. Passou-se a valorizar, mais do que nunca, a participação da mulher na esfera do trabalho, a fim de liberar a mão-de-obra masculina, para as frentes de batalha durante a 2ª Guerra Mundial.

No final da guerra, com o retorno dos homens, voltou-se a valorizar a diferenciação de papéis por gênero, atribuindo-se à condição feminina o espaço doméstico, objetivando retirá-la do mercado de trabalho para ceder seu lugar aos homens que retornavam da guerra. Veiculavam-se mensagens nos meios de comunicação, enfatizando a imagem da "rainha do lar", ou "o lugar da mulher é no lar", exaltando-se e mistificando-se o papel da dona de casa, esposa e mãe. "Assim, o trabalho externo da mulher é desvalorizado, e tido como suplementar ao do homem." (HOBSBAWN, 1988, p.29).

Tradicionalmente, a mão-de-obra feminina sofreu altos e baixos. Às vezes, quando é preciso aumentar a produção, ela é chamada, mas, em períodos de crise e recessão, é a primeira a ser dispensada.

Desde o século XIX, o trabalho feminino já existia e era disposto em grande quantidade, sobretudo era absorvido inicialmente nos setores especificamente "femininos", ou seja, nas indústrias têxteis e de confecção, depois nas indústrias de alimento. Contudo, o setor de serviços (empregos domésticos) absorvia individualmente grande parte dessa força de trabalho. Dentre os atrativos, a força de trabalho feminina caracterizava-se por ser barata, dócil e fácil de intimidar, favorecendo aos anseios exploração capitalista na extração da mais-valia. As mulheres, já nesse período, eram exploradas duplamente (como uma dupla mercadoria), no espaço doméstico pelo marido e também na esfera produtiva.

Embora a diferença de qualificação profissional esteja diminuindo entre os gêneros, as empresas atualmente estão absorvendo um maior número de mão-de-obra do sexo masculino, pelo fato de não se ausentarem da empresa, como fazem as mulheres nos “períodos críticos” e nos meses de gestação e maternidade. Sob esse aspecto, o sistema econômico ainda não se adaptou à condição procriadora da mulher, característica biológica que a prejudicou em nível profissional, em alguns casos.

Bruschini (1994) ressalta que é a presença dos filhos que interfere de forma mais marcante na participação feminina no mercado de trabalho. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos e, em alguns casos, a ausência de instituições para abrigo dos mesmos, limita a saída da mulher para o trabalho remunerado; sobretudo, se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir os custos com o cuidado infantil. O difícil equilíbrio entre atividades econômicas e familiares, que se torna mais frágil pela presença da criança, vai depender da atividade econômica exercida pela mulher.

Por outro lado, a expansão feminina no mercado de trabalho dá-se, acima de tudo, com o ingresso de muitas mulheres nas escolas acadêmicas (e nos cursos de formação); bem como pela disponibilidade desses cursos profissionalizantes que favorecem o lado profissional e o reforço da renda familiar. A expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades contribuem para o processo de transformação profissional. A persistência da atividade feminina no mercado de trabalho é explicada pela “consolidação das mudanças nos padrões de comportamento, que teve como marca registrada a crise econômica, a inflação e o desemprego.” (BRUSCHINI, 1994, p.66).

Desse modo, como afirma Antunes (1999):

Evidente que a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo, nas últimas décadas, é parte do processo de emancipação parcial das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho. Mas – e isso tem sido central – o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho (p.69).

É importante assinalar que alguns fatores foram essenciais para que ocorresse esse progressivo aumento das mulheres no mercado de trabalho. Dentre eles está o movimento organizado das mulheres com sua presença nos espaços públicos, a necessidade de contribuir para o aumento do rendimento familiar e/ou

ainda para a sobrevivência familiar, associada à modernização do processo produtivo e da organização do trabalho, que criaram novos postos de trabalho e também exigiram um maior nível de escolaridade das mulheres. No âmbito reprodutivo, o surgimento dos métodos anticonceptivos permitiu o planejamento familiar, fazendo com que houvesse a redução nas taxas de fecundidade e conseqüentemente diminuindo o número de filhos. Em outras palavras, posso dizer que houve o rompimento de barreiras importantes, modificando e ampliando a participação feminina nas diversas instâncias da sociedade, além de permitir cada vez mais uma crescente participação feminina no mercado de trabalho.

4.2 Mulheres brasileiras no trabalho – Gestando experiências

Segundo assevera Pena (1981), as primeiras fábricas instaladas no Brasil tinham por panorama a sociedade agro-exportadora, o que se conhece como “substituição de importações”, quando se passou a produzir manufaturas no espaço nacional. Sem transformações estruturais na economia, que criassem excedente de mão-de-obra para a indústria, os primeiros braços nas nossas oficinas foram femininos e infantis.

O governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar na lavoura, nas fazendas de café e nas fábricas que surgiram nas cidades, em substituição à mão-de-obra escrava. Como não ocorreu excedente de mão-de-obra para a indústria, os primeiros trabalhadores fabris foram mulheres e crianças. Rago (1997) evidencia essa situação ao afirmar que, de modo geral, um grande número de mulheres trabalhava nas indústrias de fiação e tecelagem que possuíam escassa mecanização; elas estavam ausentes de setores como metalurgia, calçados e mobiliários, pois estes eram ocupados pelos homens.

Mas, apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina.

A breve passagem das mulheres pelas fábricas deixaria para os homens a herança de um padrão salarial miserável. Mas a dinâmica do trabalho feminino não

foi somente o movimento de seu deslocamento da fábrica para casa. A horta, os serviços pessoais também foram “o seu movimento em direção às ocupações menos qualificadas na hierarquia fabril, ainda pior remuneradas e mais rotineiras e monótonas.” (PENA, 1981, p.15).

Desde meados do século XIX, pregavam-se novas formas de comportamento e de etiqueta às moças das famílias mais abastadas e, paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas do trabalho, castidade e esforço individual.

Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona de casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial, que ocorrem nos principais centros do país, solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho. (RAGO, 1997, p.62).

Um movimento operário liderado por homens, embora a classe operária fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher, da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Esses movimentos também restringiam sua participação junto aos sindicatos, às entidades de classes e aos próprios espaços de produção, acreditando que o espaço da mulher estava reservado junto ao lar.

Segundo Rago (1997), na mente da classe operária, a mulher é vista como frágil e desamparada, vítima do capitalismo. A imprensa operária denuncia que a mulher enfrenta, além das péssimas condições de trabalho das fábricas, como pouca ventilação e luminosidade, o risco de ameaça sexual e prostituição, exercida por seus superiores. Tanto o movimento operário como o anarquista tem uma visão paternalista da mulher, julgando-a como um ser frágil física e moralmente, valorizando, dessa forma, a força de trabalho masculina. Interessante essa visão sobre a fragilidade da mulher. No entanto, concluo que ela não é frágil para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar nem se torna imoral o exercício duplo da jornada de trabalho, para atender às necessidades do lar, o qual também é composto por homens.

A mulher operária deveria corresponder ao novo ideal feminino da mãe, “vigilante do lar”, do espaço da atividade doméstica e do exercício da função sagrada da maternidade. Dessa forma, a sociedade:

[...] ao exigir o confinamento da mulher à esfera privada da vida doméstica, alienante e redentora, os militantes e trabalhadores em geral contribuíram para firmar sua própria posição social no processo produtivo, valorizando a força de trabalho masculina, qualificada ou não. (RAGO, 1997, p.64).

Se, por um lado, ela se obrigava a passar o dia inteiro na fábrica, para ajudar na sobrevivência da família, ao mesmo tempo, avançava o discurso sobre a maternidade como fonte máxima de prestígio feminino, justificando que a sociedade procurava convencer as mães trabalhadoras a tomar os cuidados necessários com seus filhos, a velar por sua educação.

A mulher brasileira que viveu antes da proclamação da República não podia votar. Não havia incentivo para os seus estudos e, se cometesse adultério, a lei dava ao marido o direito de lavar a sua honra com sangue. Na falta de empregos na lavoura e no comércio, os homens muitas vezes tinham que procurar trabalho em outras regiões, ou desempenhavam tarefas que os obrigavam a ficar muitos meses longe de casa. Era o caso dos tropeiros, viajantes que conduziam tropas de animais para fazer o transporte de mercadorias entre uma região e outra. Nesse caso, a mulher assumia a chefia da família até que seu marido retornasse ao lar.

Nas primeiras décadas do século XX, grande parte dos trabalhadores fabris era constituída por mulheres e crianças, enfrentando uma jornada de trabalho extremamente pesada, variando de 10 a 14 horas diárias.

Em geral, na divisão do trabalho, as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e mal remuneradas, restringindo-se a uma função de subordinação, atuando sempre como ajudante ou assistente de um chefe masculino, nunca ocupando um cargo com poder de decisão. Os cargos de direção e de concepção, como os de mestre, contramestre e assistente, cabiam aos homens. Não havia nenhuma legislação trabalhista que protegesse as mulheres, contra as péssimas condições de trabalho feminino, contra a falta de higiene nas fábricas, contra o controle disciplinar e contra o assédio sexual. (RAGO, 1997, p.37).

As trabalhadoras pobres eram consideradas profundamente ignorantes, incapazes de qualquer atividade intelectual ou de comando, sendo consideradas menos racionais que os homens. Rago (1997) ilustra esses dizeres ao comentar que desde a famosa 'costureirinha', a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição.

A primeira legislação protetora do trabalho feminino foi promulgada em 1932 por Getúlio Vargas, que determinava igualdade de salário, sem distinção de

sexo. Assim, a mão-de-obra feminina tornou-se menos atraente para os industriais. Boschilia (1997) avalia que essa legislação impôs uma série de restrições que visavam à proteção da mulher e de seus filhos. Foram vedadas às mulheres funções que colocavam em risco sua saúde, além da proibição do trabalho noturno, com algumas exceções, e o trabalho de mulheres grávidas, quatro semanas antes e quatro semanas depois do parto. Dessa forma, gradativamente a mulher foi sendo retirada do trabalho industrial.

Também foi, em 1932, que o sufrágio foi concedido no Brasil, por forte influência do movimento feminista internacional, havendo após essa conquista, um período de refluxo do movimento de mulheres, não apenas por características intrínsecas a este, mas também pela própria conjuntura política que, a partir de 1937, início do Estado Novo, impediu qualquer tipo de mobilização popular de cunho reivindicatório. “A expansão da educação superior e o ingresso em massa de mulheres casadas no mercado de trabalho constituíram o pano de fundo para o surgimento de uma nova onda do feminismo entre as décadas de 1960 e 1970.” (HOBBSAWN, 1988, p.53).

Como um movimento de massas, o feminismo passou a se constituir uma força política com potencial de transformação social. Surgiram organizações que atuavam como núcleos congregadores de grande número de mulheres, onde se desenvolviam atividades permanentes como: grupo de pesquisas, trabalho, debates, cursos e publicações nas quais se constituíram em campanhas que levaram milhares de mulheres às ruas, por suas reivindicações específicas, comentam Alves e Pitanguy (1985).

A condição sócio-econômica e política da mulher, na década de 90, estava cada dia mais dinâmica, propiciando uma transformação inovadora que beneficiava sua condição participante de atuação no mercado de trabalho. No que concerne ao lado profissional, posso afirmar que moderadamente a mulher conquistou seu espaço no campo social. Mesmo ainda sendo explorada na sociedade capitalista contemporânea, a mulher vem desempenhando um papel participativo e empreendedor – no mercado de trabalho - diante dos homens. Nessa linha de pensamento, afirmo que o fato de condição inferior, submissa e até passiva da mulher não justifica a sua participação como trabalhadora, no aspecto de formação da sociedade capitalista industrial. A mulher não é vista só como capaz de desempenhar atividades sexuais e privadas. Segundo a análise de Bruschini (1994),

a mulher procura manter o equilíbrio entre as atividades produtivas e as funções reprodutivas que lhe são socialmente atribuídas.

No caso do Brasil, devido às políticas oficiais de ajuste fiscal e outras gestões, o planejamento familiar torna-se fracassado e produz um forte argumento para a participação da mulher no mercado de trabalho, a fim de proporcionar reforços ao orçamento familiar. Em outro enfoque, a mulher decide em adiar ou renunciar o compromisso de constituir família em benefício do sucesso, de sua carreira profissional e de ter um emprego. O ingresso da mulher no mercado de trabalho vem produzir formas impactantes e mudanças na maneira de viver em família, na conciliação das atividades profissionais e do lar, influenciando na distribuição de poderes nos âmbitos familiar e social.

O relatório da UNICEF (2006), sobre as mulheres e a chamada igualdade de gênero, relatou que as mulheres brasileiras vivem mais que os homens, estudam mais e, cada vez mais, disputam o mercado de trabalho com eles. Mas todos esses dados positivos não conseguiram ainda vencer as restrições culturais que as fazem ganhar salários inferiores, ter pouco acesso a cargos de poder e a precisar enfrentar a violência doméstica. Também cita o Brasil como um dos poucos países onde as mulheres chegam a ganhar mais que os homens, quando na faixa etária até 25 anos. Mas, na realidade, é apenas nessa etapa. Na média, as mulheres ganham 71,2% do salário dos homens em posições iguais, apesar de estudarem mais.

A remuneração menor das mulheres, de acordo com o relatório da UNICEF (2006), tem reflexo direto na vida das crianças. Estudos feitos em vários países mostram que as mulheres gastam a maior parte de seus salários complementando a alimentação da família. Já para os homens, esse gasto é menos de um terço dos seus rendimentos. Quando as mulheres passam a gastar mais, investem boa parte nos filhos. Quando os homens ganham mais, em média, não há diferença para as crianças.

O cenário político é um exemplo fácil da demonstração de dificuldade que as mulheres brasileiras têm para assumir espaços de poder no país. Hoje apenas 9% dos parlamentares eleitos são mulheres, apesar dos partidos serem obrigados a ter pelo menos 30% de mulheres na sua lista de candidatos. As estatísticas comprovam a participação feminina, nas últimas eleições (2006), quando foram eleitas apenas três governadoras, entre os 27 Estados, e quatro senadoras para as 81 cadeiras no Senado.

Um estudo realizado por Ambrózio (2006), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2006), constatou que se nada mudar no Brasil, em relação ao gênero, serão necessários 75 anos para que a diferença salarial entre homens e mulheres desapareça, e mostra também que as mulheres recebem salários 9% mais baixos que os dos homens que são contratados para a mesma função. Essa diferença cai lentamente. Na última década, a redução foi de 0,12% ao ano.

O panorama geral obtido é que, embora a mulher esteja ganhando acesso aos empregos que demandam mais qualificação, sua remuneração em relação à dos homens ainda é muito desfavorável nesse tipo de emprego.

4.3 A presença da mulher no mercado de trabalho em Fortaleza

Fortaleza possui 80% de sua área geográfica inserida na zona semi-árida nordestina. Passou por um processo de colonização tardia em relação às capitâneas da Bahia, Pernambuco e outras situadas no Nordeste. Esse Estado, o Ceará, não apresentando produtos agrícolas ou reservas minerais que atraíssem a Coroa Portuguesa, para exploração do seu território, foi formado do interior para o litoral (de maneira oposta em relação às outras capitais do Nordeste), dando origem de forma muito lenta à Província do Ceará.

Apoiado na exploração pecuária, no preparo do charque, na produção do algodão, na atividade extrativa da carnaúba, o Estado do Ceará apresentava outras regiões interioranas hegemônicas na produção e no abastecimento do mercado interno e interestadual, e Fortaleza não despontava com representatividade econômica e política. Somente com a exportação, em grande escala, do algodão cearense para a indústria inglesa¹¹, Fortaleza assumiu a hegemonia político-econômica do Estado.

Assevera Esmeraldo (1998) que a situação da mulher fortalezense neste período colonial era de dependência absoluta ao gênero masculino (ao pai ou marido), e, no mercado de trabalho, elas ficavam sujeitas às atividades estritamente restritas ao âmbito doméstico. Ou seja, o modelo de família era, indiscutivelmente, o

¹¹ Esmeraldo (1998), salienta o incremento da produção do algodão deu-se desde a década de 1860, quando os Estados Unidos, um dos principais fornecedores de algodão para o mercado europeu, estava envolvido na Grande Secessão (1861-1864).

patriarcal, hierarquizado e desigual, completamente dependente das vontades masculinas.

A hegemonia política e econômica conquistada por Fortaleza iniciou-se efetivamente por volta de 1820-1830. Segundo Cardoso (1980), contribuíram para essa expansão fatores como o capital acumulado por comerciantes, a partir das exportações de algodão, couro, café e borracha; a centralização política que foi imposta a partir do governo central monárquico; o fato de ser capital fez com que muitos recursos fossem carreados para obras públicas e de infra-estrutura e a grande migração rural-urbana que ocorreu, a partir do excedente populacional, sem emprego no campo e também comprometido pelas secas.

De acordo com Lemenhe (1991), a hegemonia de Fortaleza fica consolidada na segunda metade do século XIX. Fortaleza era o núcleo urbano dominante no Ceará. Local onde a ampliação da capacidade de acumulação dos maiores comerciantes, associada à expansão do pequeno comércio e dos serviços públicos na Capital, ampliaria a faixa de consumidores do núcleo. Outro ponto de grande destaque foi a concentração das rendas tributárias do Ceará em Fortaleza, recursos que bancaram pessoas e obras necessárias diante da dinamização do comércio. “E isso favoreceu a população masculina com a oferta de trabalho em Fortaleza, e a maioria das mulheres, de certa forma, ficaram marginalizadas e excluídas deste processo de transformação.” (ESMERALDO, 1998, p.59).

A partir da intensificação do processo de migração campo-cidade¹², que se deu com picos acentuados nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980, a região metropolitana de Fortaleza (RMF)¹³ foi constituída para ordenar e planificar o crescimento desordenado pelo qual passava a cidade. Mas, esta não respondeu ao desafio de consolidar-se enquanto pólo de desenvolvimento e modernização, baseada no estreito relacionamento com os demais municípios. Os investimentos econômicos mais importantes e os serviços sociais básicos continuaram concentrados na capital.

Segundo Pires (1995), o crescimento demográfico de 49,4%, no período de 1960 a 1970, em Fortaleza, começou a apresentar uma elevada concentração

¹² A estrutura agrária, as políticas de combate à seca e a própria estiagem prolongada foram responsáveis pelo intenso fluxo migratório na capital.

¹³ A RMF foi constituída, no início dos anos de 1970 e compreendida cinco municípios: Maranguape, Fortaleza, Aquiraz, Pacatuba e Caucaia. Com a criação, na década de 1980, dos municípios de Eusébio, Guaiúba e Maracanaú, na mesma área geográfica, a RMF passou a compreender oito municípios.

populacional em relação ao restante do estado. Em 1980, agrupava 24,7% da população total do estado e, em 1989, reunia 27,6%¹⁴. Mas, esse crescimento não vinha acompanhado de políticas econômicas que absorvessem o potencial humano e muito menos a incorporação da mulher no mercado de trabalho, nem de medidas sociais que propiciassem uma infra-estrutura urbana e serviços públicos, capazes de atender à crescente demanda da população emergente.

Desde a década de 1970, observei um forte crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, em especial, no setor de serviços. Inúmeros estudos e dados estatísticos têm mostrado que essa tendência não estava a retroceder, mas a se consolidar e a se ampliar¹⁵, apesar das constantes crises econômicas que abateram o país desde o início da década de 1980.

O estudo realizado por Pires (1995), para o período de 1991 a 1995, junto à população ocupada¹⁶ do município de Fortaleza, mostrou que a mulher tem ampliado sua participação no mercado de trabalho de forma mais acelerada que a do homem, embora essa inserção se dê de forma diferenciada.

Mas, o que levou tantas mulheres a entrarem de maneira tão massiva nesse mercado de trabalho em Fortaleza?

A necessidade econômica das camadas assalariadas, aprofundada com a deteriorização de seus salários reais, foi um elemento importante para levar muitas mulheres fortalezenses a buscarem um complemento à renda familiar.

Não só as mulheres das camadas mais pobres ingressaram no mercado. Também, aquelas de camadas sociais médias e as mais instruídas procuraram uma renda própria, quer pelo chamamento dos movimentos feministas à autonomia e independência, expressa pela demanda de novos comportamentos, quer pela possibilidade do consumo de novos produtos.

Como assevera Esmeraldo (1998), a elevação do índice de escolarização das mulheres; a redução das taxas de natalidade; a pauperização da classe

¹⁴ Segundo dados do Censo Demográfico do Estado do Ceará, de 1991, o ritmo de crescimento das cidades do interior foi de 0,8%, sendo que na RMF foi de 3,50%. Dentro da RMF, o núcleo de Fortaleza apresentou um crescimento absoluto de 35,2% enquanto os demais municípios da RMF cresceram 97,6%.

¹⁵ Segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (FIBGE), a participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA) nacional correspondeu a 20,8% no ano de 1970; a 27,5% em 1980 e a 35,5% em 1990.

¹⁶ População ocupada significa para o Sistema Nacional de Emprego (SINE), a população com dez anos ou mais de idade que compõe a População em Idade Ativa inserida no mercado de trabalho, seja formal ou informal.

trabalhadora; o rebaixamento salarial do homem; a redução, pelo governo de gastos com a saúde, a educação e outros serviços voltados para a qualidade de vida da população; as mudanças culturais e comportamentais, influenciadas pelo feminismo e pelos movimentos de mulheres trouxeram novas necessidades e desejos às mulheres de maior independência, participação e atuação nos espaços públicos.

Essas transformações começaram a dar origem a um novo mundo do trabalho que ia acontecendo através da reestruturação na base técnico-produtiva da economia, baseado na flexibilização e desconcentração do espaço físico, em novos métodos de organização do trabalho, na formação de vários blocos econômicos mundiais, com vistas à garantia de uma produtividade voltada para a competitividade, dentro da nova divisão internacional do trabalho - a globalização da economia.

O olhar mais cuidadoso para essas políticas neoliberais mostra-me a face perversa que essas medidas têm trazido para o universo da classe que vive do trabalho. Em Fortaleza, os casos da indústria têxtil, da confecção feminina, dos produtos alimentícios e da metalurgia são exemplos de indústrias que, nos últimos anos, vêm incorporando novos padrões tecnológicos, eliminando postos de trabalho e promovendo a exclusão de trabalhadores do processo produtivo industrial.

Pires (1995), entre 1991 e 1995, observa em Fortaleza uma redução do contingente de pessoas ocupadas no subsetor indústria de transformação, com queda de 35,51% da força de trabalho feminino, contra 25,28% do sexo masculino. Os setores industriais, que nos anos 1970 e 1980, incorporaram maciçamente (com exceção do setor metalúrgico cearense) a mão-de-obra feminina, para os serviços que exigiam pouca qualificação, baixa escolaridade e, diante disso, baixas remunerações, estão tecnificando-se e, com isso, eliminando espaços de trabalhos masculinos e, principalmente, femininos, na capital.

Como foi visto no capítulo anterior, a relação mulher e trabalho no Brasil e a crescente inserção feminina no mercado constitui tema de amplo debate. Mas, apesar dessa participação, cada vez mais ascendente, constatei que a discriminação é uma constante e vem de todos os lados - na contratação, pela exigência de uma escolaridade maior que a masculina, mesmo que seja para ocupar o mesmo cargo; na remuneração e principalmente na lenta ascensão para os cargos de chefia.

O estudo analisado por Esmeraldo (1998) salienta sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho em Fortaleza. Os dados são recentes e, em

sua grande maioria, têm chegado a uma mesma conclusão, a de que o aumento da entrada de mulheres no mercado de trabalho, nas últimas décadas, é decorrente do empobrecimento das famílias, gerado pelas crises econômicas do país e pela busca da sua realização profissional.

CAPÍTULO 5 - O PÊNULO DO MERCADO DE TRABALHO EM FORTALEZA

Neste capítulo, mostro como se configurou o mercado de trabalho em Fortaleza/CE, no período de 2001 e 2005, em relação ao gênero, por meio de algumas variáveis que permitiram indicar alguns apontamentos de suas oscilações.

Meu desafio aqui consiste em examinar os dados sobre o mercado de trabalho de Fortaleza, relativamente à questão do gênero. Não é tarefa fácil submeter à apreciação o material de análise, quando ele é constituído por inúmeras possibilidades para se entender a problemática. Isto é, eles fornecem informações que permitem ser encaminhadas para vários direcionamentos de focos analíticos.

O principal intuito deste estudo é discutir algumas produções sobre os lugares de trabalho destinados à mulher, principalmente, no que se refere ao seu posicionamento em determinados setores ocupacionais, que possam levar sua discriminação frente ao homem. A triagem dos dados, para compor os focos de discussão, é um recorte que faço pelas suas regularidades de ocorrências e pelas pertinências para as análises: no primeiro, mostro como estão configurados os setores ocupacionais quanto ao gênero e, no segundo, apresento um perfil do gênero a partir de algumas variáveis.

5.1 Por onde caminha o emprego em Fortaleza?

Observo que os dados analisados, ao longo desse estudo, apresentam uma posição diferenciada entre mulheres e homens, no que tange à sua participação/colocação no mercado de trabalho, mesmo que, nas últimas décadas, tenha havido transformações no mesmo. Harvey (1996) afirma que o reordenamento não é feito só no mercado de trabalho, mas também nas relações familiares. Valores tradicionais em relação à família, à sexualidade e à maternidade passam a ser reformulados, alterando-se práticas quotidianas e mentalidades.

Cabe ressaltar que o mercado de trabalho de Fortaleza apresentou, na última década do século XX e início deste século, um comportamento semelhante ao do mercado de trabalho nacional, respeitando, é claro, sua característica local. Por

estar inserida no contexto globalizado, a economia local tende a sofrer os efeitos comportamentais da conjuntura nacional.

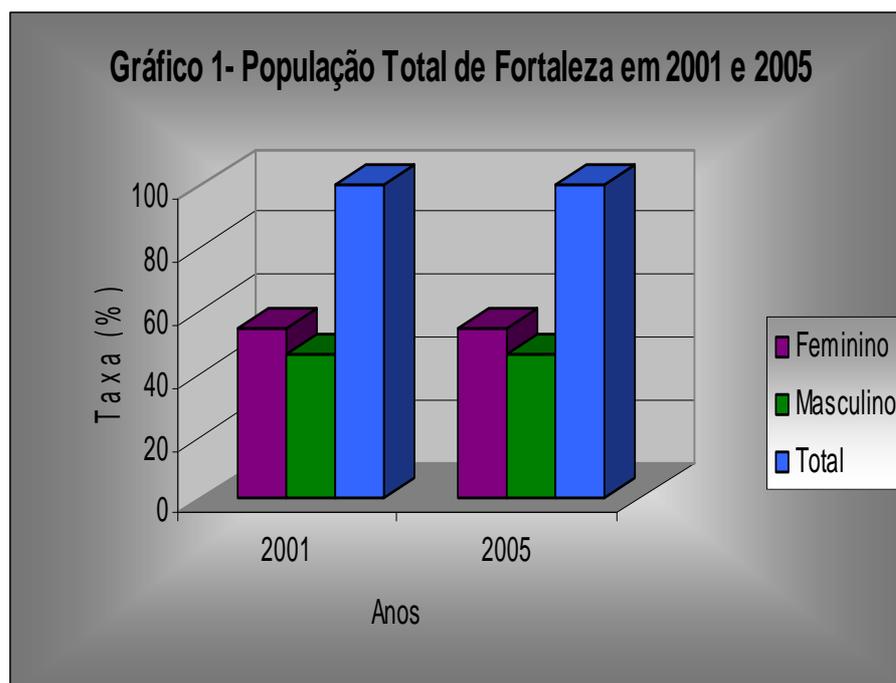
Segundo os resultados da pesquisa direta, do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, conforme Tabela 1 e Gráfico 1, a população residente de Fortaleza era de 2.187.394 habitantes em 2001, e a presença feminina foi destacada com 54,08% em relação à população total e, em termos absolutos, com 1.182.943 de mulheres, e os homens com 45,92%. Pelo seu ritmo de crescimento frenético, a cidade, em 2005, alcançou 2.381.455 habitantes, despontando como a quarta metrópole do Brasil. Entre as grandes capitais brasileiras, foi a que teve o maior percentual de crescimento nos últimos anos, e também a que mais cresceu em números absolutos entre as capitais nordestinas.

Partindo-se da população estimada de 2005, que foi de 2.381.455 habitantes, constato que 53,90% são mulheres, e 46,10% são homens; significando dizer que o número de mulheres no município de Fortaleza é superior em 7,80% ao do número de homens.

Tabela 1 - População total de Fortaleza em 2001 e 2005.

Gênero	Ano	
	2001	2005
População Total		
Masculino	1.004.451	1.097.851
Feminino	1.182.943	1.283.604
Total	2.187.394	2.381.455
Porcentagem		
Masculino	45,92	46,10
Feminino	54,08	53,90
Total	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta IDT, 2005.



Fonte: Pesquisa Direta - IDT, 2005.

Segundo Macambira (2006), o *boom* de crescimento de Fortaleza deu-se de forma desordenada, fruto do rápido processo migratório que, ao lado das grandes metrópoles brasileiras, produziu uma diversidade cultural e uma grande concentração populacional, haja vista que a constituição desse território vai além de qualquer forma de crescimento ordenado.

Comparando os dados de 2001/2005, percebo que a população de Fortaleza está predominantemente concentrada pelas mulheres. Uma das respostas desse fato é que a esperança de vida das mulheres fortalezenses é maior do que a dos homens, justificando-se através de uma série de fatores; dentre esses o de que os homens expõem-se a riscos de vida muito mais do que as mulheres, logo têm menor longevidade. Outro fator importante é que nascem mais mulheres do que homens, e que a mortalidade e a emigração de fortalezenses para outros Estados brasileiros ocorrem mais entre pessoas do sexo masculino.

De acordo com Pires (1995), a mortalidade diferenciada por sexo não é característica apenas de Fortaleza. Estudos demográficos revelam que historicamente a mulher tem vida mais longa que o homem e, também, que nascem mais mulheres do que homens. A população de Fortaleza confirma a regra.

Apesar de, na taxa populacional das mulheres, haver um pequeno decréscimo de 0,18%, e os homens terem um acréscimo de 0,18%, ainda assim as mulheres detêm o maior índice populacional no período estudado.

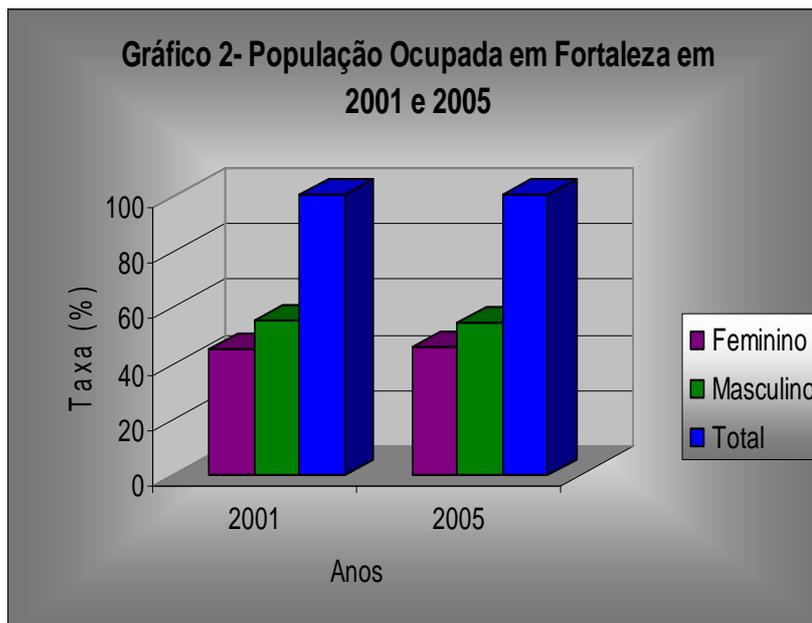
Após a caracterização mais demográfica da população de Fortaleza, direciono esses dados para um enfoque endereçado ao mercado de trabalho, analisando o comportamento dos grandes segmentos ocupacionais que compõem a população economicamente ativa.

As mulheres representam o maior contingente populacional local nos anos estudados. No entanto, não dominam o quadro da população ocupada, como mostram a Tabela 2 e o Gráfico 2.

Tabela 2 - População ocupada por gênero em Fortaleza em 2001 e 2005.

Gênero	Ano	
	2001	2005
População Ocupada		
Masculino	394.425	455.542
Feminino	319.337	379.855
Total	713.762	835.397
Porcentagem		
Masculino	55,26	54,53
Feminino	44,74	45,47
Total	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta – IDT, 2005.



Fonte: Pesquisa Direta - IDT, 2005.

De acordo com a leitura do estudo de Macambira (2006), o contínuo crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho.

Em consonância com esta visão, Harvey (1996) afirma que, apesar dessas transformações, isso não quer dizer que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança revolucionária na vida dessas. Elas ainda continuam responsáveis na sua maioria pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família, ainda são vistas como aquelas que ajudam no orçamento familiar, enquanto aos homens cabe o papel de provedor.

Antunes (1999) analisa os principais pontos que contribuíram para a expansão da participação da mulher no mercado de trabalho, ao explicar que:

Em primeiro lugar, a necessidade econômica que se intensificou com a deterioração dos salários dos trabalhadores obrigou as mulheres a buscar uma complementação para a renda familiar, sendo que não só as mais pobres entraram no mercado de trabalho, mas também as mais instruídas e das camadas médias. Em segundo lugar, tem-se a crescente urbanização, trazendo milhares de pessoas do campo para a cidade e o ritmo acelerado de industrialização favorável à incorporação de novos trabalhadores, incluindo os do sexo feminino. Um terceiro ponto refere-se às mudanças nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher, para as quais contribuíram os movimentos feministas e a presença feminina cada vez mais atuante nos espaços públicos, facilitando a oferta

de trabalhadoras. Como quarto ponto, destaca a queda da fecundidade que reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades, facilitadas pelo acesso a métodos como pílula e laqueadura, liberando a mulher para o trabalho fora de casa; e, por fim, a expansão da escolaridade e acesso das mulheres às universidades (p.87).

As taxas de ocupação no Brasil vêm apresentando crescimento acentuado para ambos os sexos, com elevação mais intensa entre os trabalhadores. Em Fortaleza, a situação não é diferente. As taxas relativas às mulheres estão sempre em patamares menores. A evolução da taxa de ocupação do mercado de trabalho, em Fortaleza, é reflexo de uma conjuntura econômica na qual a cidade está inserida, que se caracteriza por um processo de reestruturação produtiva – com o uso racional da força de trabalho e modernização do parque produtivo. Os dados do IDT, para os dois períodos analisados, apontam para uma mudança na composição por gênero dos ocupados, no sentido da redução da participação dos homens (de 55,26% para 54,53%) e, conseqüentemente, do incremento da parcela das mulheres (de 44,74% para 45,47). Percebo ainda que os homens detêm uma participação mais expressiva.

Existe uma variável ou um grupo de variáveis, de natureza sociológica, que pode estar afetando os níveis de participação da mulher. Tratam-se dos valores e normas sociais. É nesse contexto que a relação da divisão sexual do trabalho social e as normas cristalizam-se em papéis masculinos e femininos. Para Louro (1995), a atribuição de papéis ao homem e à mulher, em todas as sociedades, tem força normativa, isto é, passa a pautar a conduta de ambos, sem nem mesmo eles se darem conta da origem “social” de seu comportamento.

A discussão desses papéis, que ora presenciei, é sintoma de mudança social. É essa discussão que abre a possibilidade da aceitação como corretos e adequados os novos modos de ser homem e de ser mulher.

O mercado de trabalho fortalezense apresenta uma nítida segmentação, no que tange às ocupações exercidas por homens e por mulheres. Consideram-se as informações, geradas por intermédio da pesquisa do IDT, as quais propiciam uma avaliação mais globalizada do mercado de trabalho em Fortaleza, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - População ocupada por gênero, segundo o setor de atividades de Fortaleza, em 2001 e 2005.

Setores	Gênero/ Ano			
	Feminino		Masculino	
	2001	2005	2001	2005
Primário	0,13	0,11	0,88	0,87
Secundário	16,98	18,48	16,28	16,98
Terciário	82,89	81,41	82,84	82,15
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta IDT, 2005.

Constato que os percentuais de participação nos setores ocupacionais entre homens e mulheres são quase equivalentes. Existe uma pequena variação no setor secundário de 2005. Observo que a concentração da participação da força de trabalho no setor terciário, com quase 80% do total, é bastante significativa para os gêneros.

Em 2001, o setor primário (agricultura, pecuária e extrativismo), para ambos os gêneros, foi de pequena participação, onde as mulheres apresentaram 0,13% e os homens, 0,88%; já no setor secundário (indústrias), a presença feminina mereceu destaque com 16,98%, e os homens atuaram com 16,28%. O setor terciário ganhou destaque como maior detentor da mão-de-obra do mercado de trabalho em Fortaleza, incorporando o homem com 82,84% e as mulheres com 82,89%. O setor terciário foi o maior detentor de força de trabalho, tanto para homens como para mulheres nos períodos analisados. Esse setor abrange os subsetores: serviços, comércio, administração pública e construção civil.

Observando a composição do setor primário, verifico uma participação pífia e de queda para ambos os gêneros. Segundo Macambira (2006), a pequena participação na geração do setor primário tem sido premida pelo comportamento assimétrico da economia local, ou seja, não há investimentos precisos nessa área, fato este que explica sua participação descendente.

Do setor secundário (indústrias), destacam-se as transformações de fibras têxteis, confecções, calçados, alimentos, metalurgia e química. Dos produtos industriais, os têxteis e as confecções apresentam maior dinamismo e atração de novos investimentos em Fortaleza, mas cujo percentual ainda está distante do setor terciário.

Fortaleza, historicamente, tem-se constituído numa cidade de vocação comercial, cuja natureza do seu desenvolvimento esteve sempre voltada para o comércio de mercadorias, reservando ao setor terciário um papel preponderante na acumulação de suas riquezas e como fonte absorvedora de sua força de trabalho.

Conforme Antunes (1999), o fato da concentração das mulheres no setor terciário, deve-se à concentração das trabalhadoras em guetos ocupacionais, que se expandiram apesar da crise econômica, e dentro deles à prestação de serviços, onde se encontram alguns dos empregos de mais baixo prestígio e remuneração.

Oliveira (1997) assegura também que as mulheres ingressam no setor terciário mais facilmente e por conta própria. Este setor permite uma tarefa domiciliar e também em tempo parcial ou *part-time*, justificando a sua concentração em relação aos outros setores do mercado de trabalho.

No panorama do setor ocupacional, em 2005, o setor primário foi considerado de queda, com taxas de 0,11% de mulheres e 0,87% de homens, em relação ao período de 2001. No setor secundário, os homens tiveram uma participação em torno de 16,98%, incorporando assim um aumento de 0,70% em relação a 2001, e as mulheres com 18,48% superaram a taxa dos homens. O setor terciário apresentou as mulheres com um desempenho de 81,41% e um decréscimo de 1,48% em relação a 2001, e os homens com 82,15% e uma queda de aproximadamente 0,69%.

De acordo com Macambira (2006), em virtude de ganhos de produtividade em Fortaleza, no setor terciário, e a busca de maiores rendimentos, os trabalhadores ocupados no setor primário acabaram afastando-se da agricultura. E essa força de trabalho, não qualificada, vinda do setor primário, foi sendo absorvida inicialmente pelo setor terciário, permanecendo nele por certo tempo, a fim de adquirir o preparo para assumir atividades que requisitam maior qualificação, deslocando-se eventualmente para o setor secundário. A mão-de-obra que permanece no setor terciário acaba trabalhando em serviços tradicionais, pouco qualificados e com baixa remuneração e em pequenas e médias empresas de base familiar.

A concentração de trabalhadoras fortalezenses em grande proporção no setor terciário é destacada, por Macambira (2006), devido ao papel social que ainda cabe à mulher no espaço familiar, à sua necessidade de conciliar os afazeres domésticos às atividades profissionais, limitando suas possibilidades para o exercício de atividades formais, com jornadas de trabalho definidas, levando-a para

as atividades sem garantias trabalhistas, mas que lhe permita conciliar o trabalho e a família.

Sob a ótica setorial, a evolução recente da participação dos trabalhadores tem-se caracterizada por um forte decréscimo relativo às atividades de setores primários, como o reflexo da desarticulação da economia rural; enquanto o setor secundário vem ampliando sua contribuição na formação dos mesmos. E, por último, as atividades do setor terciário mantêm-se como sendo o ramo de maior participação na formação dos trabalhadores fortalezenses.

No entanto, verifico que, por um lado, as mulheres fortalezenses vêm conquistando novos espaços no mercado de trabalho (setor administrativo) e, por outro lado, concentram-se em setores e ocupações definidas como tradicionalmente femininas (vendedoras e professoras). Faria e Nobre (1997) colocam que a mulher, ao se inserir no mercado de trabalho, realiza atividades tipicamente femininas, como professoras, enfermeiras, secretárias, assistentes sociais, etc.

Para que se possa avaliar a composição da força de trabalho, tanto feminina como masculina, e as atividades nas quais se concentram, foram escolhidos, pela presente pesquisadora, alguns ramos de atividades básicas, que são significativos para o tipo de estudo, que ora se apresenta voltado aos períodos de 2001 e 2005. A População Economicamente Ativa (PEA), na cidade de Fortaleza, conforme os dados da Pesquisa do IDT, vem-se transformando com o passar dos anos.

Uma das características que esta nova PEA vem adquirindo é a maior participação das mulheres no mercado de trabalho. A constatação acima citada permite que eu diga que as mulheres realmente vêm conquistando novos postos no mercado de trabalho e, o que também é importante, sem deslocar a mão-de-obra masculina para fora do mesmo. De acordo com Kergoat (1989), a distribuição social das tarefas por sexo segue uma classificação hierárquica, expressão histórica de determinadas relações sociais de classe e gênero.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, em 2005, houve um crescimento efetivo da participação das mulheres na cidade, nos anos de 2001 e 2005, nas cinco primeiras atividades principais (administrativo, comércio, indústria, serviços e ensino). Já a concentração dos homens teve um decréscimo nas atividades do setor administrativo, mas com uma

performance favorável nas demais atividades, tais como: comércio, serviços, construção civil e transportes.

No que se refere ao emprego, principalmente o formal, os dados demonstraram a predominância nos setores administrativos, comércio e serviços, conjuntamente, e que responderam pela grande maioria dos postos criados em Fortaleza em termos absolutos, durante o período 2001 e 2005. Tais setores também tiveram grande participação no total de postos de empregabilidade no período. Logo, são setores de grande peso nos fluxos de realocação de postos no mercado de trabalho, para os gêneros. Isso se verifica na Tabela 4.

Tabela 4 - População ocupada por gênero, segundo o emprego formal de Fortaleza em 2001 e 2005.

Subsetor de atividades	Gênero Feminino	
	2001	2005
Administração pública direta e autárquica	53.419	69.327
Comércio varejista	21.957	28.971
Indústria têxtil	19.521	21.861
Serviços de alojamento, alimentação, manutenção	17.738	25.275
Ensino	11.414	13.050
Gênero Masculino		
Administração pública direta e autárquica	63.000	53.808
Comércio varejista	34.765	46.232
Serviços de alojamento, alimentação, manutenção	25.949	31.174
Construção civil	19.931	20.461
Transportes e comunicações	19.735	20.805

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

Evidencio, assim, que no setor de atividades, as mulheres estão concentradas, em sua maioria, na prestação de serviços, no setor social e no comércio. Outro ramo em expansão, marcado pela presença de mulheres, foi o do emprego público, incluindo atividades administrativas, de ensino e saúde. Essas

ocupações tidas como “trabalhos de mulher” são considerados de grande destaque, mas, sobretudo de menor prestígio, com salários inferiores aos dos homens, refletindo a condição de gênero e de discriminação existente ainda nos últimos anos.

A concentração e aumento da participação das mulheres na prestação de serviços, no setor social, no comércio e na indústria têxtil, em ocupações tidas como “trabalhos de mulher”, são considerados de menor prestígio, com salários inferiores aos dos homens em toda história econômica do mercado de trabalho.

Lobo (1991) salienta outro aspecto relevante, quanto à concentração do trabalho feminino nesses setores ocupacionais: são os critérios que determinam a divisão sexual das ocupações, nesse caso, remetem tanto ao nível das representações simbólicas, que identificam as mulheres com os serviços sociais (educação, saúde, assistência social), quanto à desqualificação e à fragmentação no processo de trabalho.

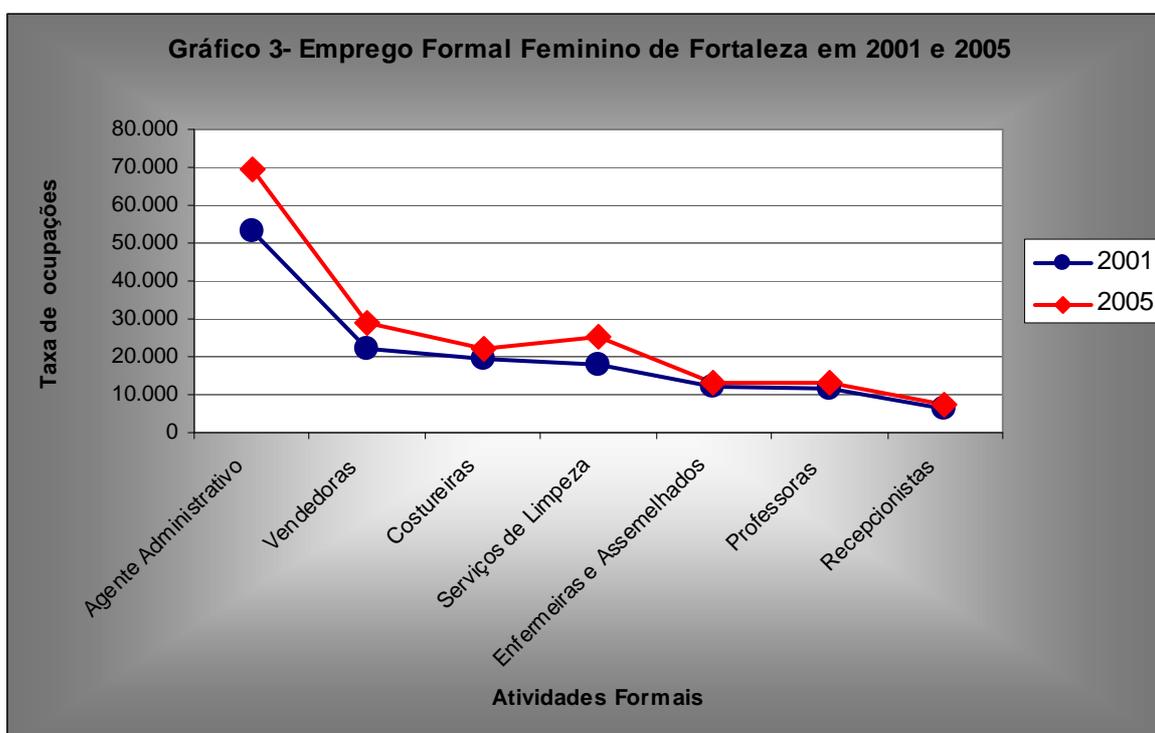
A permanência das mulheres em setores ocupacionais, apesar de uma crescente participação em funções, antes pouco acessíveis, é produto da socialização para os chamados papéis femininos, que se reproduzem através da família, da escola, dos meios de comunicação e que buscam orientar as escolhas das ocupações “próprias para as mulheres”, e o próprio limite colocado para as mulheres ao tentarem conciliar profissão e trabalho doméstico.

A opinião de Melo (1998), ao realizar estudos sobre os espaços ocupados por mulheres e homens na sociedade, verifica que as mulheres estão ocupando espaços no mercado de trabalho, utilizados anteriormente somente por homens. Essa realidade aplica-se em todos os países e em todas as comunidades, independentemente de aspectos étnicos ou de religião. O fato é que a necessidade da entrada da mulher no mercado de trabalho torna-se fundamental para a subsistência familiar, tanto em comunidades industriais como agrícolas e extrativistas. Entretanto, no tocante à participação feminina nos subsectores de atividades, a análise dos dados só vem a complementar os resultados sobre as categorias ocupacionais.

Ainda que eu diga que as mulheres vêm adquirindo um número maior de postos no mercado de trabalho, inclusive mais condizentes com a sua participação no contingente populacional, há outro lado. Com base na posição ocupada pelas mesmas, observo que esse avanço está mais atrelado à condição de empregadoras ou trabalhadoras por conta própria. Não que esse fenômeno não atinja também os

trabalhadores, mas a distribuição destes dá-se de forma mais homogênea, tanto nos ramos de atividades quanto na posição na ocupação.

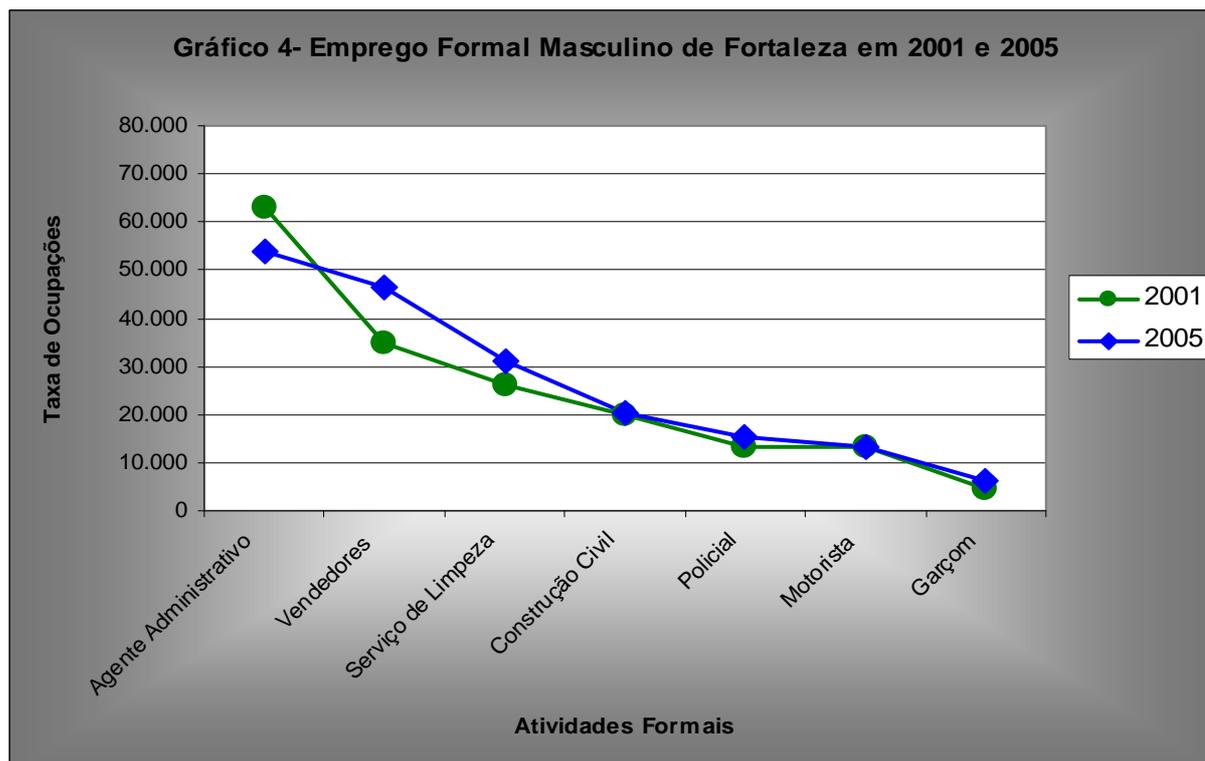
Verticalizando a análise da composição da taxa de ocupação no emprego formal, segundo a pesquisa do RAIS de 2005, observo que, nos dados referentes aos anos de 2001 e 2005, as mulheres e os homens fortalezenses apresentaram suas principais atividades nos setores terciários, destacando-se o setor administrativo e o comércio. Percebo que a concentração das mulheres, na maioria dos empregos, está localizada em atividades de cunho tradicionalista, ou seja, ainda tendem a uma forte ligação com as profissões ditas femininas, como: professoras, costureiras como mostra o Gráfico 3.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

Assim, qualidades e habilidades, consideradas naturais à mulher, como a docilidade para ser recepcionista, para ser vendedora; a dedicação da mãe, que é encontrada na professora, na enfermeira; o cuidado com o lar é desempenhado nas agentes administrativas, nas trabalhadoras de limpeza, nas costureiras, sendo marcas que ligam o doméstico ao público de forma naturalizada.

Já os homens estão mais concentrados em outros setores ocupacionais, como mostra o Gráfico 4.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

Esses dados retratam visões patriarcais no mercado de trabalho para os fortalezenses, ao separar os setores ocupacionais pelo gênero. Para Esmeraldo (1998), apesar das grandes conquistas femininas em Fortaleza, ainda existe a discriminação por conta de algumas empresas, que preferem contratar os homens às mulheres, ou seja, vivenciam uma cultura machista.

Entretanto, essas desigualdades da sociedade, vividas no cotidiano, no que se referem às relações de gênero, não se definem somente a partir do econômico, mas também do cultural, formando as práticas sociais sobre as funções da mulher e do homem, dentro dos variados espaços de convivência: a escola, a família, a prática desportiva, a Igreja, os movimentos sociais, enfim, na vida em sociedade. Nesse sentido, Saffioti diz:

Não se trata de retalhar a realidade social, situando em cada fatia um tipo de processo social ou relações sociais. Ao contrário, trata-se de estar sempre alerta para detectar a presença das diferenças/semelhanças de gênero nas relações de produção, assim como as diferenças/semelhanças de classe nas relações de gênero, esses dois tipos de relações são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social. (SAFFIOTI, 1992, p.56).

Destaca, assim, que a relação de poder nas profissões em Fortaleza é um modo de ação sobre ações, enraizado no nexos social. “O exercício do poder se

elabora, se transforma, se articula através de mecanismos mais ou menos ajustados que se disseminam no conjunto de rede social.” (FOUCAULT, 1985, p.247). E os discursos vão sendo moldados no campo social e, por conseguinte, posicionando o gênero numa certa geografia e economia do poder.

Os dados apontam a concentração do trabalho feminino em algumas atividades econômicas, como serviços e atividades sociais, que ainda são por demais acentuados, apesar das mulheres estarem conquistando novos postos no mercado. Ao que parece, aproveitando ainda a tradicional condição de dependência, as mulheres, em alguns momentos, passam por um processo de evolução em determinadas ocupações, mas ainda assumem atividades na sua maioria como sendo, senão preferível ou exclusivamente, de mulheres.

Desta forma, o número de mulheres que trabalham pode variar em função da dinamização de um ou outro setor da economia, considerado mais apropriado ao desempenho da mulher. Noto que as maiores disparidades localizam-se predominantemente no setor terciário da economia e, em especial, nos serviços onde se encontram as prestações de serviços, exatamente onde existe maior possibilidade da combinação de atividades domésticas com atividades produtivas.

Ao aprofundar-se sobre a questão da ocupação em Fortaleza, agora privilegiando sua distribuição por setores de atividades, várias são as características que podem ser percebidas. A primeira delas, e a mais importante, é a grande concentração de homens e mulheres no setor serviços, com uma evolução constante, constituindo-se no subsetor responsável pela manutenção da estabilidade da taxa de ocupação. Entrementes, ao se qualificar a taxa de ocupação do município, observo a forte influência do setor terciário na composição da taxa de ocupação total. De acordo com Macambira (2006), isso provavelmente pode estar ligado ao crescimento de pequenas unidades produtivas nas áreas de comércio e serviços, o que corrobora com toda a hipótese do trabalho, que aponta uma tendência irreversível, tanto de absorção da força de trabalho como no surgimento de novas oportunidades, devido ao processo avassalador de terciarização e terceirização¹⁷ da economia.

¹⁷ Segundo Macambira (2006) cabe destacar que terciarização e terceirização se tratam de fenômenos diferentes. Por terciarização, entende-se o aumento da importância do setor de serviços na economia, seja na geração de renda seja como fonte de ocupação de mão-de-obra. Terceirização, por sua vez, trata-se de externalizar atividades que antes eram realizadas dentro da mesma firma.

O segundo aspecto recorrente refere-se ao crescimento acumulado da variação do nível de emprego em Fortaleza, ao longo dos períodos de 2001 e 2005, por atividades econômicas que registram uma evolução ascendente para os cargos de agente administrativo e vendas, para as mulheres, enquanto os homens destacam-se nos cargos de segurança (policiais) e vendas. Verifico também certa estabilidade em atividades como costureiras, enfermeiras e recepcionistas, para as mulheres, e de motoristas e na construção civil para os homens.

Constato, através desses dados, a segregação de setores ocupacionais em Fortaleza, onde a concentração de mulheres ainda está sobre domínio de atividades tradicionais e ditas de mulheres. Analisando esse desempenho, por meio das transformações estruturais do mercado de trabalho, ou seja, num contexto de crise de geração de postos de trabalhos, principalmente no setor primário e secundário, posso dizer que o mercado de trabalho de Fortaleza apresenta um comportamento diversificado no que concerne à geração de ocupações.

Por fim, merece destaque os setores que apresentam redução gradativa de suas atividades, que são: de professores, para as mulheres e de agente administrativos, para os homens. Esses resultados e outros demonstram a necessidade, cada vez maior, de buscar uma requalificação profissional na perspectiva da empregabilidade, haja vista o fato de que estão surgindo novas ocupações no mercado de trabalho, como estão ocorrendo ampliações ou retrações do número de admissões de ocupações existentes.

Vale destacar que a expressiva queda de participação da atividade no ramo de ensino pelas as mulheres pode ser dada pela a presença de novas ofertas de emprego, diversificando assim suas categorias ocupacionais. Já os homens fortalezenses apresentaram quedas bem significativas no ramo administrativo, fato este ocorrido como resultado da intensificação, nos últimos anos, do processo de terceirização de algumas atividades no mercado de trabalho, notadamente daquelas que não exigem uma maior qualificação profissional. Portanto, houve um deslocamento dos ramos administrativos para a concentração de vendas.

5.2 Conhecendo o perfil da trabalhadora de Fortaleza

O marcador inicial, para separar o gênero no mercado de trabalho, é o da diferença biológica: o sexo. A partir daí, outros referentes vão sendo agregados.

Diante disso, este subcapítulo vai tratar das condições de trabalho entre as faixas etárias, os diferenciais de remuneração e de jornada de trabalho, que possibilitam uma caracterização do homem e da mulher no mercado de trabalho.

Ao observar as taxas de participação por gênero, segundo a faixa etária nos períodos analisados e como mostra a Tabela 5, algumas indicações podem ser constatadas.

Tabela 5 - População ocupada por gênero, segundo a faixa etária de Fortaleza em 2001 e 2005.

Faixa Etária	Gênero/Ano			
	Feminino		Masculino	
	2001	2005	2001	2005
10-14	0,53	0,38	0,52	0,42
15-19	6,95	6,26	6,65	6,48
20-29	29,80	28,24	30,43	31,10
30-39	28,15	25,38	27,02	24,47
40-49	20,62	22,87	19,13	20,75
>50	13,95	16,87	16,25	16,78
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta IDT, 2005.

Entre os gêneros houve um menor nível de ocupação do segmento mais jovem (10 a 19 anos) nos referidos períodos. Esse decréscimo pode estar vinculado ao novo enquadramento do perfil do trabalhador procurado pelas empresas, que é: maior instrução, qualificação e experiência para atuação no mercado formal.

No tocante a uma análise genérica dos dados, a faixa etária onde os fortalezenses têm sua melhor distribuição de ocupação é na fase adulta, entre os 20-39 anos, tanto para as mulheres como para os homens em 2001/2005.

Em 2001, verifico menor concentração das idades de 10 a 19 anos, para as mulheres (7,48%) e para os homens (7,17%), fato este que demonstra exatamente os grupos que estão menos propensos ao mercado de trabalho na população local. As faixas etárias de 20 a 39 anos apresentam maior concentração, devido ao fato de que, conceitualmente, é nessa faixa de idade que estão inseridas as pessoas em idade ativa para o trabalho, implicando dizer que as mulheres detêm melhor índice com 57,95%, e os homens 57,45%. Já os grupos de 40 anos em

diante apresentam taxas menores de 35,38% para os homens, e de 34,57% para as mulheres, refletindo a característica da economia contemporânea.

Outro fator interessante de observação é o momento de pico da inserção no mercado de trabalho, na cidade, onde os maiores índices estão nas faixas dos 20 aos 29 anos para as mulheres (29,80% em 2001 e 28,24% em 2005) e para os homens (30,43% em 2001 e 31,10% em 2005). A partir daí, a situação começa a declinar.

O ano de 2005 constituiu uma data de oscilações, na maioria das faixas etárias, e o índice de mulheres entre 10 a 39 anos foi de decréscimo e, de 40 anos em diante, é de acréscimo. Já os homens, entre as faixas etárias de 10-19 anos e 30-39 anos, apresentaram uma baixa nos índices, enquanto que nas relativas a 20-29 anos e 40 anos em diante houve um acréscimo em relação ao período de 2001. Isso evidencia que o homem entra mais cedo no mercado de trabalho do que a mulher, mas para ambos o mercado de trabalho tem acolhido faixas etárias com idades maiores.

Para Macambira (2006), a idade constitui um dos fatores que afetam a forma de participação no processo produtivo. O mercado de trabalho formal em Fortaleza é mais favorável às mulheres adultas. Este segmento da população, ao se inserir precocemente no mercado de trabalho, submete-se também a um tipo de exploração presente nas unidades produtivas, que são as altas taxas de rotatividade desta mão-de-obra, principalmente nas faixas de 20-29 anos. Essa política adotada pelas empresas indica que as mudanças de emprego são bem mais comuns entre as mulheres, dado que a feminização de setores e de tarefas, como parte de uma estratégia de barateamento dos custos da força de trabalho, vem favorecer às mulheres menos conscientes de seus direitos como trabalhadoras, menos participantes e politizadas.

Outra vertente sobre a realidade de inserção precoce da mulher no mercado de trabalho é apontada por Esmeraldo (1998), como fatores coadjuvantes: a diminuição das taxas de fecundidade; a proletarização e pauperização da família de trabalhadores, com o rebaixamento do poder de compra do salário do homem – a trabalhar de forma remunerada para manter o mesmo orçamento familiar.

As taxas de participação específicas por idade medem a proporção da população, em determinada faixa etária, que é economicamente ativa. Cabe destacar que no tocante à participação feminina, com idade de 20 a 39 anos, as

taxas dominam grande parcela, mas decrescem nos últimos anos, devido aos efeitos do casamento, dos afazeres domésticos e da maternidade. Muitas mulheres abandonam o mercado de trabalho e não mais o retornam, secundarizando a atividade profissional. Daí a grande queda de seus índices laborais nesta idade.

Porém, agora, as mulheres fortalezenses podem estar mudando esse perfil, retornando ao mercado de trabalho, após o crescimento dos filhos, ou seja, com idade de 40 anos em diante, pois houve um acréscimo de sua participação no mercado de trabalho local, como mostram os dados. Mesmo a idade mais avançada e a rejeição do mercado às trabalhadoras com mais de 40 anos de idade, não se constituem obstáculo para essas mulheres que buscam, embora tardiamente, de alguma forma, a realização profissional.

Outro referente para análise é relativo à qualificação do gênero no mercado de trabalho. A nova ordem econômica exige novo perfil de trabalhador. As empresas, preocupadas em se manterem competitivas no mercado globalizado, demandam mão-de-obra com maior escolaridade e alto nível de qualificação profissional.

No âmbito global, sabe-se que a escolaridade constitui um indicador significativo de qualidade da força de trabalho. Como a educação torna-se cada vez mais condição necessária para o emprego da mão-de-obra, a oferta de trabalho tende a estar mais identificada com a busca de uma maior qualificação profissional, mais tempo de escola. A escolaridade passa a ser um recurso inadiável da qualidade da mão-de-obra, já que há correlação direta entre baixa escolaridade e baixa qualidade ocupacional (COSTA, 2000, p.58).

O nível de escolaridade de uma população costuma aumentar em conjunção com o desenvolvimento e a industrialização, ou seja, ao mesmo tempo como pré-requisito e conseqüência da maior diversificação e complexidade das tarefas a serem desempenhadas.

Em Fortaleza, as mulheres mostram-se mais preparadas, quanto ao nível de escolaridade, para enfrentar as exigências do mercado de trabalho. Fato evidenciado pela superioridade da qualificação delas ao homem. A diferença de nível educacional entre eles pode ser explicada pelo ingresso do homem ao mercado de trabalho sem escolaridade adequada. Culturalmente e por necessidades econômicas, o homem começa a trabalhar precocemente, por esse motivo, abandona cedo as salas de aula, para se dedicar às atividades econômicas e não pela falta de interesse em estudar. A Tabela 6 ilustra essa observação.

Tabela 6 - População ocupada por gênero, segundo o grau de instrução de Fortaleza em 2001 e 2005.

Grau de Instrução	Gênero/ Ano			
	Feminino		Masculino	
	2001	2005	2001	2005
Analfabeto/Alfabetizado	5,63	6,46	7,77	7,93
Ensino Fundamental	41,02	38,50	47,20	44,33
Ensino Médio	40,48	43,13	37,48	40,53
Superior	12,87	11,91	7,55	7,21
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta IDT, 2005.

No que tange ao grau de escolaridade dos ocupados em Fortaleza, percebe-se que, no ano de 2001, a concentração de analfabetos e de alfabetizados foi de 5,63% de mulheres, e de 7,77% de homens, já no Ensino Fundamental (1ª série até 8ª série), e no Ensino Médio (1ª série até 3ª série) a participação dos homens foi maior com 84,68%, e as mulheres com 81,50 %. Por outro lado, as mulheres estão dominando no Ensino Superior, com destaque em 12,87%, ou seja, 5,32% a mais que os homens no mesmo período. Quanto ao nível educacional local, mostram que as mulheres buscam mais instrução, fato verificado no ano de 2001, quando elas, com o Ensino Médio e nível Superior completo, abrangem cerca de 53,35%; já os homens totalizam 45,03%, conforme os dados da Tabela 6.

Ainda no tocante ao aspecto da escolaridade, apesar de a mulher ter conseguido avançar um pouco mais do que o homem, ainda é muito baixo o nível de escolaridade da população ocupada, sendo esse fato preocupante, na medida em que a escolaridade e a qualificação profissional estão cada vez mais entrelaçadas com as mudanças estruturais que vêm ocorrendo no mercado de trabalho, em relação aos determinantes da empregabilidade de Fortaleza.

A análise da distribuição da ocupação por gênero, segundo o grau de escolaridade em 2005, em Fortaleza, revela um fato muito importante, ou seja, que há um número bem maior de homens (44,33%) do que de mulheres (38,50%), que possuem, no máximo, o Ensino Fundamental completo. No entanto, essa situação se modifica completamente, quando o foco passa a ser um maior grau de escolaridade (Ensino Médio completo e Ensino Superior completo), já que observo, para os dois períodos analisados, a maior proporção de mulheres que de homens, o que sugere uma maior escolarização da força de trabalho feminina em relação à masculina.

Mesmo considerando o crescimento educacional dos trabalhadores em 2001/2005, ainda as mulheres levam uma ligeira vantagem (na faixa do Ensino Médio ao Superior completo), apesar de o acréscimo ser maior para os homens de 2,71% e com um total 47,74%, as mulheres tendem maior percentual 55,04% e com aumento de 1,69%, fato este movido pela necessidade delas em contribuir para a manutenção da família, ou mesmo, pelo desejo de obter realização profissional. As trabalhadoras estão, ao longo dos anos, cada vez mais presentes no mercado de trabalho e buscando melhorias a nível instrucional.

Vi que, como se esperava, o nível de escolaridade da população aumentou. Segundo análises do SINE (2005), o ritmo de aumento foi mais rápido para as mulheres, pois houve o incentivo à formação de nível médio e superior em função da maior capacidade de absorção dos setores administrativos médios, considerados femininos; a capacidade de absorção está vinculada ao desenvolvimento dos serviços administrativos, financeiros e educacionais, sob patrocínio público e privado. Assim, o crescimento das taxas de atividades desempenhadas pelas mulheres, em sua maioria, está relacionado à evolução da escolaridade da população.

Porém, cabe considerar que a expansão das mulheres no mercado de trabalho dá-se, sobretudo, com o ingresso de muitas delas nas escolas acadêmicas (e nos cursos de formação pedagógica); bem como pela disponibilidade desses cursos profissionalizantes serem uma forma de favorecer o lado profissional e o reforço da renda familiar. Como comenta Bruschini (1994), “a expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades contribuem para o processo de transformação profissional” (p.66). Nesse sentido, a mulher é privilegiada, pois enquanto o homem, muito cedo, deixa os estudos para trabalhar, as mulheres têm a oportunidade de estudar mais, favorecendo assim sua performance para enfrentar as exigências do mercado de trabalho.

Ao longo de todos os períodos analisados, notei que o maior incremento nos níveis de ocupação deu-se entre os trabalhadores com nível de instrução Fundamental e Médio. Já para os trabalhadores alfabetizados e analfabetos, pude verificar pelos níveis de ocupação que a participação desse grupo foi baixa, implicando a falta de competitividade face aos outros grupos, mesmo porque suas oportunidades de ocupação são menores nos respectivos períodos.

A leitura dos dados sobre o prisma da jornada de trabalho em Fortaleza, para os dois períodos, revela algumas mudanças importantes na composição do mercado de trabalho. Um dos fatos que mais chama a atenção é que, nos dois períodos, os homens têm jornadas mais longas de trabalho do que as mulheres. Evidencio, assim, características diferenciadas para os gêneros, como mostra a Tabela 7.

Tabela 7 - População ocupada por gênero, segundo as horas trabalhadas na atividade principal de Fortaleza em 2001 e 2005.

Horas trabalhadas na semana	Gênero/ Ano			
	Feminino		Masculino	
	2001	2005	2001	2005
<10	4,76	6,59	3,31	4,90
10-20	10,44	11,16	5,12	5,08
21-40	40,55	40,67	35,09	35,71
41-48	25,02	25,68	30,83	33,24
>48	19,23	15,90	25,65	21,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta IDT, 2005.

Ao ler os dados de 2001, verifico que a presença de mulheres e de homens foi destacada no período de 21 a 40 horas trabalhadas por semana, com 40,55% e 35,09%, respectivamente. O menor índice foi detectado em menos de 10 horas trabalhadas, com 4,76% de mulheres e 3,31% de homens. Um outro fator a ser destacado é que, nas faixas de 41 horas em diante, a concentração de homens teve grande percentual, ou seja, 56,48%, enquanto as mulheres obtiveram 44,25%.

A carga horária das mulheres é diferenciada, em grande parte, devido aos afazeres domésticos, afinal, o fato de trabalhar fora de casa não tirou tal atividade da responsabilidade delas. Talvez esse seja seu grande obstáculo para se inserir no mercado de trabalho. Para Macambira (2006), a obrigatoriedade de conciliar o privado com o público é a mais eminente tarefa à qual a mulher está submetida. É certo que a jornada de trabalho feminina é diferente daquela exercida pelos homens, no entanto, não se pode dizer que a mulher trabalha menos que o homem, ao contrário, as mulheres possuem duas jornadas de trabalho, a jornada no espaço privado e a jornada no espaço público. Conciliar a dupla jornada é um grande desafio para todas as mulheres nessa condição.

Já em 2005, observa-se que a jornada de trabalho feminina ampliou-se, e um percentual maior de mulheres passou a trabalhar no período de menos 10 horas com acréscimo de 1,83%, e os homens, no período de 41-48 horas, obtiveram seu maior crescimento, em torno de 2,41%. Verifico que a queda da jornada de trabalho foi no período de mais de 48 horas, onde homens e mulheres apresentaram decréscimo de 4,58% e 3,33%, respectivamente. Fato esse explicado devido à intensificação do fenômeno da flexibilização¹⁸, no mercado de trabalho, com o crescimento da ocupação de tempo parcial.

Em consonância com essa questão, Oliveira (1997) relata que as mulheres apresentam na sua maioria a dupla jornada de trabalho ao ingressar no mercado de trabalho, realizando tarefas quando o horário de trabalho é mais flexível. Ela consegue organizar seu tempo com o serviço doméstico e dispensar mais dedicação de tempo também aos filhos.

As mulheres enfrentam essa situação quando reconhecem a necessidade de conciliar o trabalho doméstico (privado) com o trabalho fora de casa (público). É que o fato de trabalharem fora de casa não reduz a obrigação primitiva de serem donas de casa e únicas responsáveis pelo funcionamento perfeito do lar. Essa também é uma das razões pelas quais muitas mulheres fortalezenses desejam trabalhar em horários corridos ou meio expediente, para se cumpra o desempenho de dar conta da dupla jornada de trabalho.

Para Macambira (2006), o homem é socializado para ser dependente no privado e independente no público, ao passo que a mulher o é exatamente no sentido oposto. Nessa fase, percebe-se que o homem e a mulher, na realidade, são criados num sistema diferenciado de comportamento perante a sociedade e, com isso, a mulher, ao chegar à idade adulta, nota a necessidade de trabalhar. Percebo, então, que não está preparada para a vida pública e que, mesmo assim, vai ter que

¹⁸ Segundo Harvey (1996, p.140) a questão chamada “flexibilização ou acumulação flexível, pois ela se apóia nos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas, ou seja, deve ser considerada uma combinação particular e, quem sabe, nova de elementos primordialmente antigos no âmbito da lógica geral da acumulação do capital e que tem ganhado destaque e importância para o entendimento das relações de trabalho e a organização da produção”.

encará-la e manter um equilíbrio entre esta e suas atividades domésticas; desta forma, saliento que a mulher não se livrou do trabalho doméstico, mas modificou-o, devido à sua maior inserção no mercado de trabalho.

As formas de conciliação da atividade pública com a privada reafirmam ainda o caráter de exploração a que a mulher é submetida, em função da dupla jornada de trabalho. Por conseguinte, noto que a escolha de trabalho como professoras, costureiras e outras, mostrados no Gráfico 3, cujo tempo pode ser ajustado às necessidades domésticas, pode ser uma forma inconsciente ou não de admitir o comportamento de ter que conciliar tempo para tantas tarefas.

Entretanto, já se identifica o impacto da flexibilização do trabalho no total geral de horas trabalhadas, onde o percentual de jornadas, de 21 a 48 horas de trabalho semanal, tem aumentado consideravelmente nos períodos em análise, ou seja, de 65,57% para 66,35%, para as mulheres, e de 65,92% para 68,95% em relação aos homens, mostrando assim a sensibilidade do mercado de trabalho de Fortaleza, tais como as transformações vivenciadas no mercado brasileiro. Em contrapartida, o percentual de jornadas, com mais de 48 horas trabalhadas na semana, diminui no referido período, isto é, acontece uma redução de 3,33% para as mulheres, e 4,58% para os homens.

Os vários dados apresentados neste estudo, a ampliação significativamente da participação das mulheres no mercado de trabalho em Fortaleza, mesmo através da baixa qualidade das ocupações por elas assumidas, a sua inserção no mercado de trabalho, ainda não lhes têm dado um retorno satisfatório, no tocante aos rendimentos auferidos, comparativamente ao dos homens.

Assim, outro parâmetro importante de ser analisado, quando se busca descrever o perfil de determinada parcela da força de trabalho, no caso as mulheres, é a sua remuneração. Compreendo que a remuneração praticada com a parcela feminina ocupada é significativamente inferior à praticada pela masculina. Essa diferenciação de remuneração entre os sexos é uma relevante no período de 2001 e 2005. Os dados apresentados na Tabela 8 indicam essas observações.

Tabela 8 - População ocupada por gênero, segundo a remuneração da atividade principal de Fortaleza em 2001 e 2005.

Remuneração da atividade principal (em salário mínimo)	Gênero/Ano			
	Feminino		Masculino	
	2001	2005	2001	2005
Sem remuneração	3,62	4,66	2,93	3,45
0-1/2	7,21	16,84	3,84	8,09
1/2-1	29,94	37,03	17,31	28,48
1-2	33,46	26,16	33,57	34,51
2-3	8,30	3,84	13,04	7,51
3-5	5,92	3,81	11,60	6,70
5-10	3,88	1,22	6,90	2,33
>10	1,02	0,22	2,54	0,69
Não informou	6,65	6,19	8,27	8,24
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta IDT, 2005.

No ano de 2001, enquanto a população masculina concentra uma participação de 24,08% de sem rendimento até um salário mínimo, as mulheres na referida faixa estão representadas por uma pontuação de 40,77%. Constatamos que as maiores taxas salariais encontram-se em um e até dois salários mínimos para os trabalhadores, dentre os quais as mulheres concentram-se em 33,46%, e os homens em 33,57%. E os de menores índices estão os com mais de 10 salários mínimos, para ambos os gêneros.

As transformações no mundo do trabalho trouxeram a exigência da qualificação profissional, para saber manipular e operar os equipamentos, porém a exigência da formação não condiz com as funções e o salário. No entanto, essa qualificação não aparece nas condições de melhores rendimentos, pois suas rendas estão concentradas entre meio salário até dois salários mínimos. Não é a alfabetização que determina o salário, pois este tem sido tendencialmente achatado e deflacionado, e, no caso da mulher trabalhadora, ela sofre duplamente a discriminação, pois na mesma função e muitas vezes mais qualificada que o homem, a mulher recebe menor remuneração.

Especificamente sobre a distribuição dos rendimentos dos trabalhadores em Fortaleza, o cenário permanece diversificado, notadamente para as mulheres na

medida em que a remuneração concentra-se mais expressivamente na faixa de meio salário a dois salários mínimos, sendo em 2005, de 62,99% para homens e de 63,19% para as mulheres. De certa forma, também nessa distribuição, percebo uma alta concentração da participação masculina em salários superiores a dois salários mínimos, ou seja, de 17,23%, para homens e de apenas 9,09%, para as mulheres, revelando assim as maiores disparidades inerentes à discriminação na situação de trabalhadora local.

Porém, identifico uma mudança estrutural do padrão dos rendimentos, pelo fato de que se ampliaram as participações nas faixas de meio salário até um salário, para as mulheres (de 37,15% para 53,87%, com acréscimo de 16,72%) e, na faixa de meio salário até dois salários mínimos, para os homens (de 54,72% para 71,08%, com avanço de 16,36%); outro fator de destaque na distribuição de renda é a redução nas faixas superiores a um salário mínimo, para as mulheres (de 52,58% para 35,25%, queda de 17,33%) e nas faixas superiores a dois salários mínimos, para os homens (de 34,08% para 17,23%, decréscimo de 16,85%), quando se comparam os resultados do ano de 2001 com aqueles do ano de 2005.

Comparando-se o salário médio real dos homens e mulheres fortalezenses, segue que o rendimento deles, na maioria das vezes, superou o delas no período de 2001 e 2005. A discrepância salarial entre os gêneros pode, em princípio, ser explicada por seu acesso limitado genericamente em alguns cargos, consolidando assim o papel masculino como o provedor de altas taxas de remunerações.

Fica claro, através dos dados até então expostos, que as mulheres concentram-se nas faixas mais baixas de remuneração. É relevante comentar que, embora a diferenciação entre os gêneros seja um dos aspectos importantes da pesquisa, devo registrar que a remuneração paga à força de trabalho em geral concentra-se em patamares significativamente baixos.

Para Macambira (2006), o mercado de trabalho em Fortaleza evidencia alguns pontos principais, os quais encontram consonância com este estudo, dentre os deles destacam-se: em primeiro lugar, os rendimentos médios do trabalho dos homens têm sido sempre superiores aos verificados para as mulheres; em segundo lugar, como conseqüência, na distribuição de homens e mulheres por classes de rendimento, observa-se uma sensível diferença marcada pela maior freqüência relativa de mulheres nas faixas de rendimento mais baixos, ocorrendo o inverso nas

faixas mais elevadas, onde é maior o número relativo de homens; em terceiro lugar, por apresentarem rendimentos mais baixos, inclusive nos limites superiores da distribuição, a renda do trabalho das mulheres é muito menos concentrada do que a relativa ao trabalho dos homens. Isso fica demonstrado nas medidas de distribuição existentes.

Noto que os rendimentos médios do trabalho dos homens sejam superiores ao das mulheres, e isso estaria sendo justificado na natureza das atividades desenvolvidas (divisão sexual do trabalho como forma de conciliar a vocação profissional – o que sabe fazer – com a sobrevivência econômica e o desenvolvimento da família) e na duração média da jornada de trabalho, demonstrando que a mulher procura, então, empregos de jornada de trabalho parcial.

A diferença salarial entre homens e mulheres no Brasil é marcante e está longe de chegar ao fim. Em Fortaleza não podia ser diferente, na realidade, talvez seja mais gritante sua situação, haja vista que é no Nordeste em que se encontram as maiores disparidades salariais entre homens e mulheres. Segundo Pires (1995), a discriminação sexual é uma questão cultural da região nordestina, que dificulta a compreensão da importância do trabalho das mulheres e de sua justa remuneração. Dentre as diversas causas da diferença salarial entre homens e mulheres, a discriminação sexual é constante, as mulheres continuam desvalorizadas na esfera pública, principalmente no que tange à sua remuneração.

Apesar de toda a performance das mulheres fortalezenses no mercado de trabalho, onde participa ativamente das atividades econômicas, tal como os homens, as mulheres continuam a ser remuneradas diferentemente, sendo discriminadas na divisão do trabalho, vistas ainda somente como mantedoras da família, mas nem sempre respeitadas por isso. A identidade feminina, enquanto sujeito social, ainda é muito confusa e complexa, principalmente para o mercado de trabalho, que insiste em enxergá-la como sujeito recluso da esfera privada.

Nessa perspectiva, o papel social desempenhado pelas mulheres, estruturado na divisão de trabalho existente entre os sexos, em suma, mudou o perfil da economia, modificou as características das mulheres de Fortaleza, embora não de forma integral, mas a sua segregação no mercado de trabalho ainda é um fato.

6 ENCERRANDO O EXPEDIENTE

Nesse trabalho, procurei percorrer as trilhas ocupacionais do mercado de trabalho de Fortaleza, nos anos de 2001 e 2005 entre os gêneros, visando a compreender seus significados e alcances naquilo que permaneceu apesar das mudanças.

Procurei introduzir a discussão, o debate de uma temática tão necessária para a compreensão das oscilações das diversas variáveis, que direcionam homens e mulheres no mercado de trabalho. Minha preocupação esteve endereçada, em todos os momentos, a estudar e a refletir sobre o gênero como uma construção cultural.

Com essa perspectiva, observei que a configuração do gênero no mercado de trabalho de Fortaleza é um evento cultural e que, embora flexível às mudanças econômicas, tem sofrido poucas alterações.

O estudo evidenciou que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho sempre se fez acompanhar por desigualdades, ocupando postos inferiores e de baixa remuneração, em relação ao contingente de trabalhadores masculinos. Significativamente a força de trabalho das mulheres mantém uma forte presença no mercado de trabalho, principalmente no setor terciário; as ocupações apresentam uma divisão de tarefas e postos que se adaptam mais à força de trabalho das mulheres (manual, habilidosa, precisa e delicada), ou seja, as ocupações sinalizam características historicamente dadas como femininas.

O trabalho das mulheres, de uma forma geral, configura-se de modo terceirizado. Também o cenário ocupacional mostra que, embora as mulheres estejam ganhando acesso aos empregos que demandam mais qualificação, suas remunerações em relação às dos homens ainda são muito desfavoráveis.

Considerando que a sociedade ainda não construiu um modelo familiar, que redimensione os papéis e as responsabilidades domésticas, está a mulher ainda a assumir solitariamente uma múltipla jornada de trabalho, o que a obriga a buscar constantemente estratégias de conciliação entre o seu papel familiar e o profissional.

As análises dos dados mostram que as mulheres vêm adquirindo importância crescente no mercado de trabalho quanto ao seu ingresso, mas, apesar disso, não têm apresentado grandes alterações em seus rendimentos. Isso faz ainda

persistir muitas das características que remontam ao período inicial do ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

É preciso superar os tais dogmas da igualdade e da diversidade e transformá-los em valores a serem buscados, construídos, promovidos e não apenas contemplados. O que se busca nessa luta pela igualdade entre homens e mulheres não é guerra, nem a masculinização das mulheres. O que se busca é o respeito mútuo, a soma de forças, para juntos buscarem uma vida melhor e mais digna para todos.

Assim, a realização desse estudo permitiu fazer um recorte e procurou identificar que no mercado de trabalho em Fortaleza, no período de 2001 e 2005, não ocorreram grandes alterações em relação à divisão do mesmo. A divisão sexual do trabalho continua presente, determinando os setores onde a maioria da mão-de-obra feminina pode ser incorporada, ou seja, os estereótipos historicamente construídos sobre a mulher (flexibilidade, habilidade manual e paciência) e ditos como mais adequados ainda persistem na maioria dos setores do mercado de trabalho.

As mulheres, sujeitos dessa pesquisa, são flagradas em uma particular circunstância: representam o maior contingente populacional local. No entanto, não dominam o quadro da população ocupada, onde suas principais atividades estão concentradas no setor terciário e desempenham, na maioria das vezes, profissões ditas femininas, como: costureiras, vendedoras e professoras. Concomitantemente a isso, percebo o aumento de seu grau de escolaridade, requisito fundamental, nos dias de hoje, para que qualquer trabalhador aspire a uma melhor posição no mercado de trabalho. As mulheres apresentaram maiores índices de emprego na faixa etária dos 20 aos 39 anos, fato esse explicado pela idade ativa para o mercado de trabalho. A jornada de trabalho das fortalezenses destaca-se em grandes taxas, ou seja, de 21 a 40 horas semanais que lhes possibilitam a dupla jornada, dividida entre o privado e o público. Por último, a questão da remuneração do trabalho das mulheres longe está de ser reconhecida e igualada à remuneração dos homens.

Mesmo assim, diante de todas estas condições trabalhistas, mulheres fortalezenses, cearenses, brasileiras, do mundo todo avançam, desbravam caminhos, quebram preconceitos e assumem a renda familiar. Aprendem a valorizar e a contar com sua capacidade, desistindo de imitar valores masculinos. É

expressivo, ainda hoje, o preconceito em torno da capacidade da mulher que a impede de uma maior valorização do seu trabalho.

Ao encerrar essa minha jornada de trabalho, compartilho os dizeres de Macambira (2006) sobre a condição de estar no mundo da mulher, ao comentar que a mulher hoje passa a ser gestora e operadora de uma conveniência sócio-cultural em transformação. É rainha e vive numa monarquia familiar que necessita de bases econômicas sólidas e seguras. Passa de sujeito anônimo passivo, para ativo, desencadeando mudanças, transformações, avanços, conquistas, sendo sugadas e sugando uma sociedade emergente, uma economia desfacelada que agoniza e necessita de seus braços fortes, de seus salários fracos, para construir uma cidade mais justa. Mulher, o teu nome é Fortaleza.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMO, L. Relações de gênero e a situação das mulheres no mercado de trabalho. In: FONTENELE, Mourão. **Diversidade - Avanço conceitual para a educação profissional e o trabalho - ensaios e reflexões**, Brasília: OIT, 2002. p. 33-47.

_____. Um olhar de gênero: Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 2., 1996, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: 1996.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AMARAL, Tarsila. **Operários**. São Paulo, 1933

AMBROZIO, Antônio Marcos. **Mulheres conquistam mercado, mas ganham menos**. São Paulo: BNDES, n.10, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 69-90.

ATLAS do Ceará. Fortaleza: IPLANCE - Instituto de Planejamento do Ceará. 2005.

BALCÃO, Nilde. **Discriminação de gênero e omissão sindical**. São Paulo: CUT-CNMT, 1993.

BEAVOIR, S. **O segundo sexo**. Fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BONDI, Liz. Gender, place and culture; paradoxical spaces? In: MOSS, Pámela (org.). **Feminist Geography in practice: COPE**, Meghan. **research and methods**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 81.

BOSCHILIA, Roseli. **Condições de vida e trabalho**: A mulher no espaço fabril Curitibano. Curitiba: 1997. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1997.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 40-75.

BRUSCHINI, Cristina. Instruídas e Trabalhadeiras: Trabalho feminino no final do século XX. In: LOMBARDI, M. Rosa. **Desafios da equidade**. n.17/18, Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. O trabalho da mulher no Brasil: Tendências Recentes. In: SAFFIOTI, Heleith e Munhoz, M. VARGAS (org.). **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 37-67.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAGED - CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Ministério do Trabalho. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. **Estimativas da População Economicamente Ativa por Sexo**. Fortaleza: CAGED, 2005. p. 8-19.

CAMPOS, Fábio. ANUÁRIO DO CEARÁ 2007-2008. Fortaleza: Empresa jornalística O Povo S/A, Fortaleza, 2007.

CARDOSO, Irede. **Mulher e trabalho: discriminações e barreiras no mercado de trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 1980. p. 30-67.

CARVALHO, Marília Gomes. Relações de gênero na família. Tecnologia e Humanismo. In: IV ENCONTRO ANUAL TECNOLÓGICO DA ARTE - WORKSHOP: O papel da mulher no ensino tecnológico: O Estado da Arte no Brasil. **Proceedings...** Curitiba: CEFET, n. 17, 1996. p. 8-19.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

COLOMBARA, M. Espaço e mulher. Uma contribuição de gênero. In: **O novo mapa do mundo**. Problemas geográficos de um Mundo Novo. São Paulo, Hucitec - Anpur, 1995. p. 43-45.

CORAZZA, Sandra Mara. O que faz gaguejar a linguagem da escola. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 22-60.

COSTA, A. O; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 22-60.

COSTA, Leticia Borges. **Participação da mulher no mercado de trabalho**. São Paulo: IPE-USP, 1984.

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos Culturais – para além das fronteiras disciplinares. In: _____. (Org.) **Estudos Culturais em Educação**. Mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, p. 13-36.

_____. **Introdução. Caminhos Investigativos: Novos olhares na pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. (Coleção Trans).

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O feminismo na sombra: relações de poder na CUT**. Fortaleza: EUFC, 1998. p. 10-65.

FARIA, Nalu; NOBRE Mirian. Gênero e desigualdade. In: **Cadernos Sempre Viva**. São Paulo: Sempre Viva Organizações Feministas, 1997. 52 p.

FIBGE. **Anuário Estatístico do Ceará**, Ceará: FIBGE, 1981.

_____. **Anuário Estatístico do Ceará**, Ceará: FIBGE, 1975.

FONTENELE, Mourão Tânia. **Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARNECKER, Marta. **Para compreender a sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996. p. 100-140.

HERCULANO, Ana Maria X. **Todo dia ela faz tudo sempre igual? Feminismo e cotidiano: discurso e organização de mulheres na periferia de Fortaleza**. 1987. 215 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará, Ceará, 1988.

HIRATA, Helena. **Globalização, Trabalho e Tecnologias uma Perspectiva de Gênero. Presença da Mulher**, São Paulo: Anita Garibaldi. n. 30, p. 87, dez.1997.

_____. **Novas Tendências no Mundo do Trabalho, Precarização, Gênero e Novas Qualificações**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1999.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudos Del trabajo**. São Paulo, v. 4, n.7, outubro. 1998.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 40-80.

IBGE - Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico. **Anuário Estatístico**. Ceará, 2006.

IDT - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho. **Estatísticas do mercado de trabalho de Fortaleza de 2001**. Fortaleza: IDT, 2001.

_____. **Indicadores Médios Anuais do Mercado de Trabalho**: Município de Fortaleza. Fortaleza: IDT, 2005.

JARDIM, Silvia Regina Marques. **Gênero e educação**: abordagens e concepções em dissertações de mestrado no estado de São Paulo. São Carlos: UFSCar, 2004, 122 p.

KERGOAT, Daniele. Da divisão do trabalho entre os sexos. In: Helena Hirata (org.). **Divisão capitalista do trabalho**. Tempo Social n. 1, São Paulo, USP, 1989.

LARGUIA, Isabel; DUMOULIN, John. **Para uma ciência da libertação da mulher**. São Paulo: Global Editora, 1982.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**. Fortaleza: Stylus Comunicações. 1991. 131 p.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 43-75.

LOURO, G.L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v.20, n.02, p.101-132, jun/dez. 1995.

LUFT, Lya. **O rio do meio**. 11. ed. São Paulo: AIX, 2002.

MACAMBIRA, Júnior. **O mercado de trabalho formal no Brasil**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

MACHADO, R.D.S. **O estudo do gênero pelo viés discursivo**: refletindo sobre a dualidade masculino/ feminino e sua relação com a escrita. 2004. 354 p. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

McDOWELL Linda. **Gender, Identity and Place**. Understanding Feminist Geographie. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p. 33-59.

MEDONÇA, Lygia. **Luta de gênero e classe**: Compreender e construir novas relações de gênero. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres MST, 1998.

MELO, Hildete Pereira de. **Globalização, Políticas Neoliberais e Relações de Gênero no Brasil**. Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores. BORBA, Ângela, FARIA, Nalu (Org.) São Paulo: Fundação Perseu Aramo, 1998.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**. Mudanças,

permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo (SP): Ed.34, 2000.

_____. **Trabalho e Cidadania**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Desemprego juvenil no Brasil**: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2. ed. Brasília: EDITORA OIT, 2001.

OLIVEIRA, Orlandina de ARIZA, Marina. "División sexual Del trabajo y exclusión social". In: **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**. Associação Latino – Americana de Sociologia do Trabalho, Ano 3, n.5, 1997.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. Lisboa: Trinova, 2001.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p.14-75.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 37-66.

PIRES, Inácio J. B. **A mulher no mercado de trabalho**: perfil sócio-econômico. Fortaleza: SINE/CE. 1995. 31 p.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2000.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf, 1993.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (Orgs.). **Cultura, história em debate**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995. p. 81-93.

_____. Libertar a História. In: RAGO, M. et al. (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 255-272.

_____. **Trabalho Feminino e sexualidade**. In: DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. 2. ed. São Paulo, 1997. p. 54-74.

RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (2005). Ministério do Trabalho, Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, 2005.

RIBEIRO, Francisco Moreira. De cidade à metrópole (1945-1992). In: SOUZA, Simone et al. **Fortaleza**: - a gestão da cidade: uma história político-(administrativo). 1995. 285 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Humanidades. Programa de Pós - Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1995.

ROCHA, Maria Isabel. **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, São Paulo: Ed. 34, 2000.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero**: mulher, família e trabalho na área de Ribeirão Preto/SP. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1998/a162>>. Acesso em: 29 nov. 2005.

SAFFIOTI, H.I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p.12-67.

_____.; MUNHOZ, M. Vargas (Org). **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987, 120 p.

_____. Rearticulando Gênero e classe social. In: COSTA, Alvertina; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 83-92.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo – razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. 9. ed. São Paulo: Record, 2002.

SARTORI, Ari José. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli R. **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: FCC Editora 34, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.86-95, 1995.

SILVA, Joseli Maria. Análise do espaço sob a perspectiva de gênero: um desafio para a Geografia Cultural Brasileira. In: Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. (Org.). **Geografia temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005. p. 67-85.

_____. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, 2004.

SINE/IDT-CE. **Força de trabalho feminina no município de Fortaleza**. Caracterização Geral. Ceará: SINE/IDT, 2001.

_____. **Força do trabalho feminino no município de Fortaleza**. Caracterização Geral, Ceará: SINE/IDT, 2005.

_____. **Ocupação e desemprego no município de Fortaleza**. Fortaleza: SINE/CE, 2005.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio A (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de O., BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SOUSA, Lysia Bucar. **Pequena produção urbana e sua articulação com o movimento do capital**: o caso do setor de confecções em Fortaleza, Ceará. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1990.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Globalização e reestruturação produtiva: transformações estruturais e relações de trabalho na economia cearense. In: MOREIRA, Marluse. **Globalização e mercado de trabalho no estado do Ceará**: transformação da organização da produção das relações de trabalho e do padrão demográfico no estado do Ceará. Fortaleza: Unifor, 1999.

TONINI, I. M. **Identidades Capturadas** – gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos. 2002. 280 fl. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

RICH, Adrienne. **Situação Mundial da Infância**. UNICEF, 2006. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/sowc/index/html>>. Acesso em: 18 mai. 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos Investigativos**. Novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996. p. 22-56.

VITORINO, Grace Troccoli. **Feminismo e pós-feminismo**: a dupla tessitura das relações de gênero. Fortaleza: Programa de Pós - Graduação em Educação/UFC, Dissertação 1993. 263 fl. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1994.

ZYLBERSTAJN, Hélio. **A mulher e o menor na força de trabalho**. São Paulo: NOBEL, 1985.